

ÍNDICE

<i>Relatório da Administração</i>	Pág.
<i>Mensagem da Diretoria</i>	1
<i>Perfil da Empresa</i>	2
<i>Governança Corporativa</i>	3
<i>Mercado de Energia</i>	4
<i>Comercialização de Energia</i>	4
<i>Desempenho Operacional</i>	5
<i>Investimentos na Expansão do Sistema</i>	7
<i>Desempenho Econômico-Financeiro</i>	8
<i>Remuneração aos Acionistas</i>	12
<i>Relacionamento com Auditores Independentes</i>	12
<i>Participações Societárias</i>	12
<i>Programa de Pesquisa & Desenvolvimento</i>	12
<i>Balanço Social</i>	13
<i>Gestão das Pessoas</i>	13
<i>Responsabilidade Sócio-Ambiental</i>	15
<i>Qualidade Ambiental e Gerenciamento do Impacto no Ambiente</i>	17
<i>Informações de Natureza Social e Ambiental</i>	18
<i>Agradecimentos</i>	20
 <i>Demonstrações Contábeis</i>	
<i>Balanço Patrimonial</i>	21
<i>Ativo</i>	21
<i>Passivo</i>	22
<i>Demonstração do Resultado</i>	23
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</i>	24
<i>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos</i>	25
<i>Demonstração do Fluxo de Caixa</i>	26
<i>Demonstração do Valor Adicionado</i>	27
<i>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</i>	28
<i>Composição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal</i>	62
<i>Parecer dos Auditores Independentes</i>	
<i>Parecer do Conselho Fiscal</i>	

Relatório da Administração

2005

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf tem a satisfação de apresentar o seu Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal. Toda a documentação relativa às contas apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria sentir-se-á honrada em prestar os esclarecimentos adicionais, se necessários.

MENSAGEM DA DIRETORIA

No ano de 2005, a Chesf, como empresa concessionária do serviço público de energia elétrica, atuou em um ambiente de competitividade crescente, determinado pela consolidação do novo modelo do Setor e teve um bom desempenho econômico e financeiro, mantendo-se sólida e lucrativa.

A Empresa buscou uma expansão equilibrada na sua estrutura de negócios, com foco na sustentabilidade empresarial, destacando-se as seguintes realizações:

- Obtenção de expressivo lucro líquido de R\$ 746 milhões.
- Conclusão da implantação do sistema bicombustível, gás natural-óleo diesel para operação dos cinco grupos turbogeradores da Usina Termelétrica de Camaçari.
- Participação no Leilão de Transmissão 001/2005, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com cota de 12% no Consórcio de empresas vencedor do lote B, correspondente às Linhas de Transmissão de 500 kV Colinas / Miracema / Gurupi / Peixe 2 / Serra da Mesa 2 e às Subestações de 500 kV de Peixe 2 e Serra da Mesa 2.
- Obtenção das premiações de âmbito nacional, na área de Eficiência Energética, referentes ao Reconhecimento de Mérito pela Participação no Projeto Reluz-Cidade Eficiente do Município de Fortaleza-CE e Menção de Destaque no 10º Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia 2005 na categoria Empresas do Setor Energético.
- Conclusão do processo de Certificação na NBR ISO 9001 - Versão 2000 em todas as suas subestações, usinas e centros de operação.
- Desenvolvimento de trabalhos de mapeamento dos seus processos relevantes para identificação dos controles e minimização de riscos relacionados, visando à Certificação da Eletrobrás, em conformidade com a seção 404, da Lei Sarbanes-Oxley – SOX, dos Estados Unidos da América.
- Intensificação das ações de Responsabilidade Social, em harmonia com as diretrizes do Governo Federal, atuando em programas multidisciplinares de infra-estrutura, segurança alimentar e de desenvolvimento humano nas diversas regiões de atuação da Companhia.
- Incentivo às manifestações culturais e artísticas através do patrocínio de 581 projetos inspirados na cultura popular da Região Nordeste e nos esportes.

A Chesf tem sido, em toda a sua história, um braço empreendedor do Governo Federal presente na Região Nordeste, atuando como um vetor de desenvolvimento sócio-econômico e buscando o aumento da participação da Região no desempenho da economia nacional e a consequente redução das diferenças regionais.

Consciente da sua responsabilidade social, a Chesf busca o fortalecimento da cidadania, por meio de ações nas áreas de pesquisa científica e tecnológica, educação, saúde e meio ambiente, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável do Nordeste.

PERFIL DA EMPRESA

A Chesf, Sociedade de Economia Mista - Aberta, foi criada pelo Decreto Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, e constituída na 1ª Assembléia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948.

O sistema de geração da Chesf é hidrotérmico, com predominância de usinas hidráulicas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. Atualmente, seu parque gerador possui 10.618 MW de potência instalada, sendo composto por 15 usinas, supridas através de 9 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 52 bilhões de metros cúbicos d'água, relacionadas a seguir:

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
HIDRELÉTRICAS:	-	10.268,328
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600
Xingó	São Francisco	3.162,000
Funil	das Contas	30,000
Pedra	das Contas	20,007
Castelo Branco	Parnaíba	237,300
Sobradinho	São Francisco	1.050,300
Curemas	Piancó	3,520
Araras	Acaraú	4,000
Piloto	São Francisco	2,000
TERMELÉTRICA:		350,000
Camaçari	-	<u>350,000</u>
TOTAL		10.618,328

Integrante do Sistema Interligado Nacional - SIN, a Chesf realiza intercâmbio de energia com os sistemas Norte, Sul e Sudeste/Centro-Oeste.

Dada a localização de suas principais usinas, a Chesf recebe influência dos regimes hidrológicos das regiões Nordeste e Sudeste. Devido a essa localização e às afluências ocorridas no período 2004/2005, o principal reservatório da região Nordeste, Sobradinho, encontrava-se com o nível de armazenamento de 67 % do seu volume útil no final do ano.

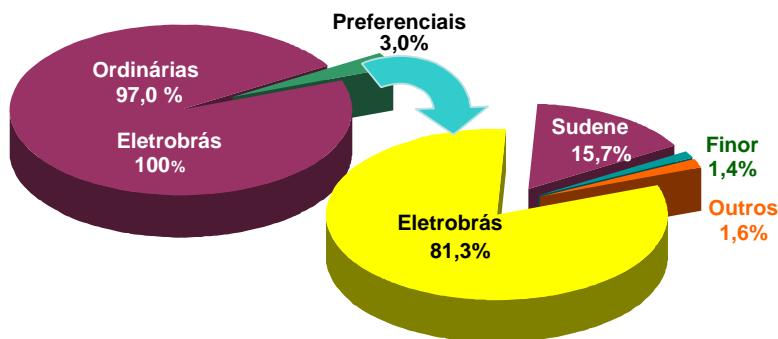
A Companhia gerou 49.480 GWh em 2005 contra 43.875 GWh em 2004, representando um crescimento de 13%. As variações da produção de energia em 2005 em comparação a 2004 foram decorrentes, principalmente, da elevação do mercado, das condições energéticas do Sistema Interligado Nacional - SIN e da política de despacho centralizado exercido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

O sistema de transmissão, cujas primeiras instalações tiveram operação iniciada em 1954, abrange os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, composto por 18.260 km de linhas de transmissão em operação, sendo: 5.122 km de circuitos de transmissão em 500 kV; 12.329 km de circuitos de transmissão em 230 kV; 809 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores; 95 subestações com tensão maior que 69 kV e 698 transformadores em operação, totalizando uma capacidade de transformação de 40.090 MVA, além de 4.697 Km de cabos de fibra óptica.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Composição Acionária

O Capital social da Companhia, no montante de R\$ 1.278,6 milhões, está representado por 41.709.653 de ações, divididas em 40.477.564 de ações ordinárias e 1.232.089 de ações preferenciais, todas sem valor nominal. Desse total, 99,45% pertence à Eletrobrás, 0,46% à SUDENE, 0,04% ao FINOR e 0,05% a outros acionistas.



Relações com Investidores

A Chesf mantém, sempre atualizado, o documento “Política de Divulgação de Informações ao Mercado de Capitais Sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia”, que estabelece diretrizes para o bom relacionamento da Empresa com o Mercado de Capitais e possui um canal de divulgação de informações na sua página na Internet www.chesf.gov.br, no espaço “Relações com Investidores”.

Controles Internos e Auditoria

Objetivando as melhores práticas de governança corporativa, em 2005, a Chesf iniciou trabalhos de mapeamento dos seus principais processos buscando identificar os riscos associados e os controles adequados visando à Certificação da Eletrobrás, em conformidade com a seção 404, da Lei Sarbanes-Oxley – SOX, dos Estados Unidos da América.

Administração

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é constituída por um Diretor-Presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e até 5 (cinco) Diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, com o exercício de suas funções em regime de tempo integral.

O Conselho de Administração é constituído de um Presidente e mais 5 (cinco) Conselheiros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Conselho Fiscal é permanente, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, com mandato de 1 (um) ano, brasileiros, eleitos pela Assembléia Geral. Dentre os membros do Conselho Fiscal um membro efetivo e respectivo suplente serão representantes do Tesouro Nacional.

Código de Ética

A Companhia possui um código de ética aderente aos princípios e valores praticados pela Chesf, dentro dos padrões da Governança Corporativa, o qual é a referência de conduta de todos os seus integrantes.

MERCADO DE ENERGIA

As projeções de mercado apresentam crescimento no consumo nacional de energia elétrica da ordem de 4,8% ao ano, no período 2005-2015. Esse crescimento representa um incremento de 29.657 MW médios no final de 2015, evoluindo dos atuais 46.341 MW médios para 73.998 MW médios, em 2015. O Nordeste terá uma expansão média de 4,8% ao ano, igual ao crescimento previsto para o Brasil, passando de 6.725 MW médios para 10.712 MW médios, no mesmo horizonte.

Este quadro já sinaliza a necessidade de acréscimos de novas fontes de geração de energia, visualizando-se uma oportunidade de expansão de negócio da Empresa, agora voltado para todo o Sistema Interligado Nacional.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A energia comercializada, em 2005, foi de 49.911.009 MWh, distribuída entre vinte e dois Estados do Brasil, representando crescimento de 2,2% com relação às vendas efetuadas em 2004. As maiores participações ficaram com os Estados da Bahia (23,1%), São Paulo (14,4%) e Pernambuco (11,6%).

Do total vendido, o Nordeste ficou com 31.359.134 MWh, representando 62,8% e as outras regiões com 18.551.875 MWh, representando 37,2%. Esta distribuição é decorrente da existência de contratos iniciais firmados com as distribuidoras do Nordeste, ainda em vigor durante o ano de 2005 e que se encerraram no final do ano.

A energia vendida nos leilões, cujos contratos foram exercidos durante 2005, totalizaram 30.731.531 MWh.

Foram realizados 3 leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, nos quais a Chesf vendeu um total de 530 MW médios, o que representou 41,8% do montante negociado nesses leilões. Destes totais, foram negociados 450 MW médios para suprimento a partir de 2008 e 80 MW médios a partir de 2009, todos com duração de oito anos.

A Chesf também teve participação em leilões no Ambiente de Contratação Livre, que resultou na realização de 41 contratos com Comercializadores e Consumidores Livres, para diversos períodos de fornecimento. Os principais negócios realizados nesses leilões foram a venda de energia de longo prazo para a Usina Siderúrgica do Ceará-USC (180 MW médios, com início de fornecimento previsto para dezembro/2006) e para a Gerdau Aços Longos - Ceará (15 MW médios, com fornecimento iniciado em outubro/2005).

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2005, a Chesf manteve elevados os índices de disponibilidade da Geração e da Transmissão que contribuíram para a melhoria do desempenho operacional da Empresa. Esses resultados foram influenciados pelos investimentos na capacitação de recursos humanos, aprimoramento dos instrumentos de planejamento de intervenções e implementação de novas técnicas e processos de manutenção em equipamentos, linhas de transmissão e dispositivos de proteção, controle e supervisão.

Foram desenvolvidas ações de melhorias nos sistemas de transmissão e geração, com a substituição de equipamentos obsoletos, digitalização de sistemas de proteção e instalação de dispositivos de supervisão e controle do Sistema Eletroenergético.

Foram desenvolvidas ações para modernização dos Centros de Operação, com a implantação de funções avançadas tais como: estimador de estado, configurador de redes, sistema de tratamento de alarmes, além de simulador para treinamento de operadores.

Reforçando a Rede de Telecomunicação da Chesf, foram agregados novos serviços do sistema de transmissão óptico-digital da rota litorânea, aumentando a capacidade de transmissão de dados, possibilitando uma maior flexibilidade e disponibilidade dos serviços em função da ampliação das alternativas de transporte das informações operacionais.

No exercício de 2005, a Chesf também prestou serviços de Operação e Manutenção a outras concessionárias de energia elétrica instaladas na Região Nordeste, sendo mantenedora de 438,5 km de linhas de transmissão das empresas Sistema de Transmissão Nordeste S.A. e da Termobahia S.A..

Indicadores de Desempenho

Em 2005, o indicador de FREQ – Freqüência Equivalente das Interrupções foi o melhor do histórico da Chesf. Os indicadores de DREQ – Duração Equivalente das Interrupções e ENES-Energia Interrompida também apresentaram melhorias se comparados ao ano anterior. Registrhou-se uma leve tendência de queda na Disponibilidade Operacional Equivalente em relação ao ano anterior.

FREQ – Freqüência Equivalente de Interrupção

Indica o número equivalente de interrupções no fornecimento de energia elétrica.



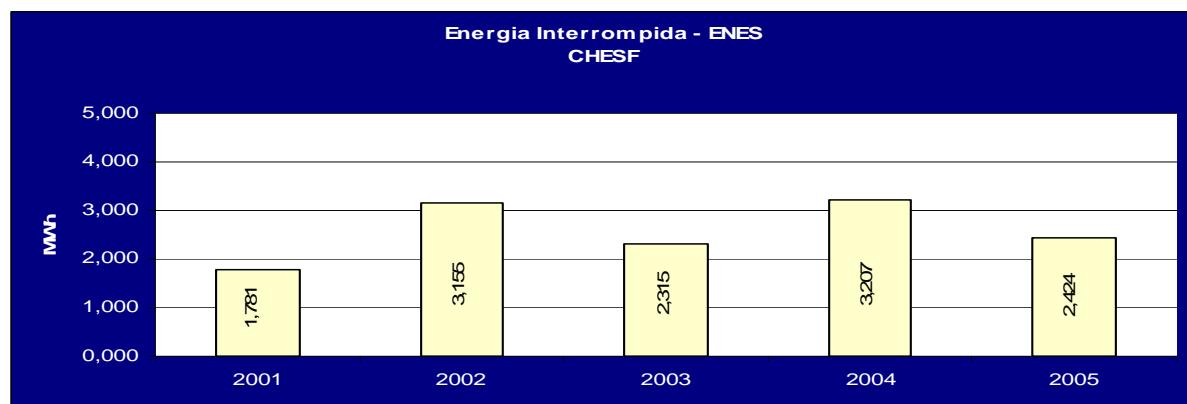
DREQ – Duração Equivalente de Interrupção

Indica a duração equivalente, em horas, das interrupções no fornecimento de energia elétrica.



ENES – Energia Interrompida

Indica o montante equivalente de energia elétrica, em GWh, nas interrupções do fornecimento.



DO – Disponibilidade Operacional

Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.



INVESTIMENTOS NA EXPANSÃO DO SISTEMA

Os recursos financeiros aplicados pela Companhia na expansão do seu sistema elétrico no exercício totalizaram R\$ 493,7 milhões, dos quais R\$ 283,6 milhões em obras do sistema de transmissão, R\$ 167,3 milhões em geração de energia e R\$ 42,8 milhões em infra-estrutura.

A Chesf atuou na expansão da capacidade de produção e transmissão do sistema elétrico realizando as seguintes ações:

Geração

No âmbito das atividades de geração, atendendo à determinação do Ministério de Minas e Energia - MME, através do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, a Chesf concluiu os serviços de adaptação para bicompostível (uso de diesel ou gás natural) na Usina Termelétrica de Camaçari, além da ampliação de sua capacidade de geração de 174 MW para 350 MW, com aumento da eficiência energética e da confiabilidade.

Visando restabelecer as condições operativas, em níveis confiáveis, dos geradores 1 e 2 da primeira etapa da Usina Hidrelétrica da Boa Esperança, foram concluídos os serviços de reabilitação e repotenciação dos dois geradores com o objetivo de aumentar a disponibilidade de potência de 55 MW para 68 MW.

Na área de modernização de usinas existentes, foram iniciados os trabalhos de digitalização das 13 unidades geradoras das hidrelétricas Paulo Afonso I, II e III, que permitirá a centralização de comando e aumento de confiabilidade operacional, entre outros benefícios.

No Programa de "Potenciais de Energia Hidráulica", a Chesf deu andamento a importantes ações para aumentar a oferta de geração hidroelétrica no Nordeste:

- Em parceria com a Construtora Queiroz Galvão e a CNEC Engenharia S.A., prosseguiram os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de cinco aproveitamentos hidrelétricos identificados nos estudos de inventário que realizou na bacia hidrográfica do Rio Parnaíba: Ribeiro Gonçalves (174 MW), Uruçuí (164 MW), Castelhano (94 MW), Cachoeira (93 MW) e Estreito (86 MW), num total de 611 MW a instalar.
- Em outra parceria, com a Construtora Norberto Odebrecht, a Engevix Engenharia S.A. e a DESENVIX S.A., avançaram os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de dois aproveitamentos hidrelétricos identificados nos estudos de inventário que a DESENVIX realizou no submédio Rio São Francisco: Pedra Branca (320 MW) e Riacho Seco (240 MW), num total de 560 MW a instalar.

Ambos os estudos deverão ser concluídos em 2006, com previsão de os aproveitamentos hidrelétricos mencionados serem licitados em 2007.

- Em parceria com a Construtora Norberto Odebrecht, foram concluídos os estudos de inventário do aproveitamento hidrelétrico Pão de Açúcar (270 MW), situado no baixo Rio São Francisco. Estudos complementares solicitados pela ANEEL foram atendidos e aguarda-se aprovação dessa Agência para que sejam iniciados os estudos de viabilidade.

Transmissão

O Sistema de Transmissão da Chesf foi ampliado com a conclusão dos seguintes empreendimentos:

- Linhas de Transmissão em 230 kV: Sobral II / Sobral III, com 18 km; Fortaleza II / Pici, com 27,7 km e 3º Link entre as Subestações Fortaleza II e Fortaleza I.
- Recapacitação da linha de transmissão 230 kV Mossoró / Açu, com 71,3 km e recapacitação dos Links 1 e 2 entre as subestações Fortaleza II e Fortaleza I.
- Subestação Eliseu Martins em 230 kV, 100 MVA, localizada no Município de Eliseu Martins - PI.
- Aumento da capacidade de transformação na subestação de Sobral III, 230/69 kV – 600 MVA.
- Aumento da capacidade de compensação reativa em 500 kV na subestação de Angelim II, com 150 MVAr, e em 230 kV na Subestação de Campina Grande II, com 30 MVAr.
- Construção, montagem e energização de 8 entradas de linhas em 230 kV, sendo 1 na subestação de Fortaleza, 2 na subestação de Fortaleza II, 1 na subestação de São João do Piauí, 2 na subestação Sobral II e 2 na subestação de Sobral III, e complemento de 1 entrada de linha na subestação de Pici.
- Construção, montagem e energização de 4 entradas de linhas em 69 kV, sendo 1 na subestação de Banabuiú, e complemento de 3 na subestação de Santo Antônio de Jesus.

A Chesf está autorizada pela ANEEL a implementar, nos anos de 2006 e 2007, 1.200 MVA de transformação, havendo ainda necessidade de mais 3.255 MVA até o ano de 2008. Além disso, está prevista, em 2006, a licitação para construção e outorga de concessão de 3.640 km de linhas de transmissão, dos quais 618 km serão localizados na Região Nordeste, sinalizando-se, desta maneira, a perspectiva de expansão do sistema de transmissão da Empresa e a oportunidade de participação em novos negócios.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

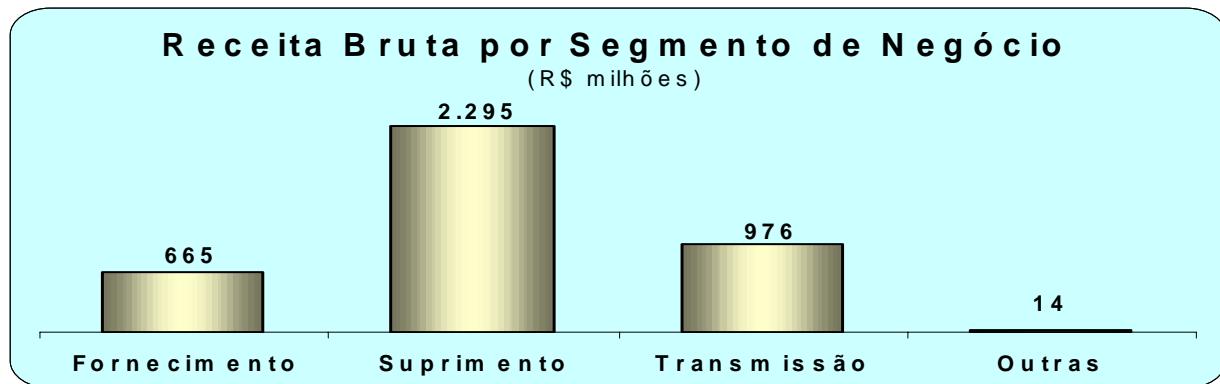
O desempenho econômico e financeiro da Companhia, em 2005, apresentou importantes resultados e evoluiu de maneira consistente, confirmado a tendência de lucros e retorno aos seus acionistas.

Receita Operacional Bruta

O faturamento da Companhia atingiu o montante de R\$ 3.949,6 milhões, 1,5% superior ao registrado no exercício de 2004 (R\$ 3.890,8 milhões). No segmento de fornecimento de energia direto às indústrias, houve queda de 1,2% e no suprimento às empresas distribuidoras e comercializadoras, queda de 4,7% em relação ao ano anterior. Por sua vez, o segmento de transmissão cresceu 23,6%, quando comparado com 2004.

Deve-se ressaltar que no exercício anterior a Companhia registrou vendas com origem em operações realizadas no mercado de curto prazo, administrado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no montante de R\$ 124,1 milhões, contra R\$ 26,4 milhões, em 2005. Essa redução, somada à mudança da forma de faturamento dos contratos de fornecimento às indústrias, no qual os encargos da rede básica passaram a ser incluídos no faturamento de transmissão, deram origem à queda das receitas do segmento de venda de energia. Já o crescimento da receita de transmissão foi decorrente do reajuste

da tarifa e de novas obras de ampliação e reformas na rede básica. O gráfico abaixo demonstra a receita de 2005 por segmento de negócio.



Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida atingiu o montante de R\$ 3.298,9 milhões, uma redução de 5,8% em relação a R\$ 3.502,5 milhões, alcançada em 2004. Essa redução decorreu, principalmente, do aumento das contribuições ao Pasep e à Cofins que, juntas, totalizaram R\$ 307,6 milhões, em 2005, contra R\$ 136,3 milhões, em 2004, registrando um crescimento total de 125,7%.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 1.849,5 milhões, em 2005, contra R\$ 1.681,1 milhões, em 2004, registrando um crescimento de 10,0%. Esse crescimento refletiu os elevados aumentos nos itens não-gerenciáveis *encargos de uso da rede elétrica*, com 136,0% (R\$ 367,3 milhões, em 2005, contra R\$ 155,7 milhões, em 2004) e *compensação financeira pela utilização de recursos hídricos*, majorada em 34,2% (R\$ 175,6 milhões, em 2005, contra R\$ 130,8 milhões, em 2004).

Resultado do Serviço e Margem Operacional

O desempenho das receitas, dos custos e das despesas operacionais proporcionaram à Companhia um Resultado do Serviço, de R\$ 1.449,4 milhões, que reflete diretamente os negócios da sua atividade-fim, a energia elétrica, ficando 20,4% abaixo do montante alcançado em 2004, que chegou a R\$ 1.821,3 milhões.

Como consequência desse resultado, a Margem Operacional (resultado do serviço / receita líquida) recuou de 52,0% em 2004 para 43,9% em 2005.

Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

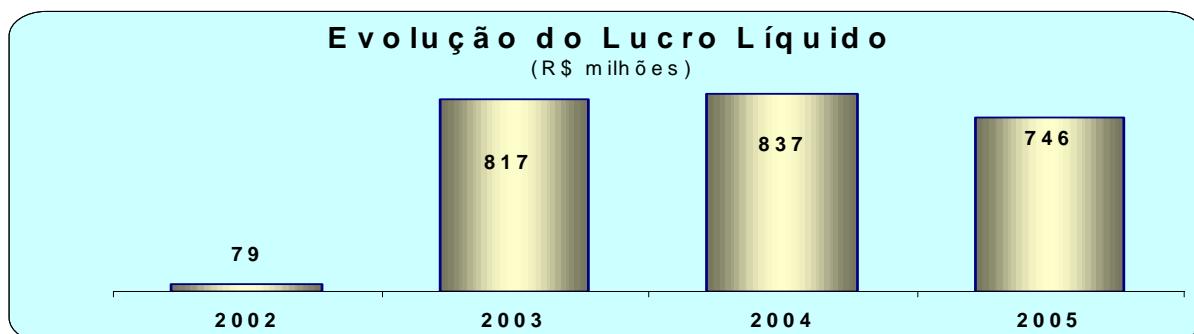
A geração operacional de caixa, medido pelo EBITDA (lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização), atingiu, em 2005, o valor de R\$ 2.285 milhões, ante R\$ 2.674 milhões, em 2004, uma retração de 14,6% devida, basicamente, à redução da margem operacional. A margem EBITDA em relação à receita líquida, por sua vez, foi de 69,3%, uma redução de 7,1 pontos percentuais em comparação a 2004.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no exercício apresentou melhoria de 36,9%, quando comparado com o de 2004, com registros de débitos de R\$ 406,9 milhões e R\$ 645,0 milhões, respectivamente. Tal melhoria teve como principal origem a redução da despesa com as variações monetárias e os encargos financeiros oriundos dos empréstimos e financiamentos, que apresentaram os montantes de R\$ 642,7 milhões, em 2005, contra R\$ 837,6 milhões, em 2004.

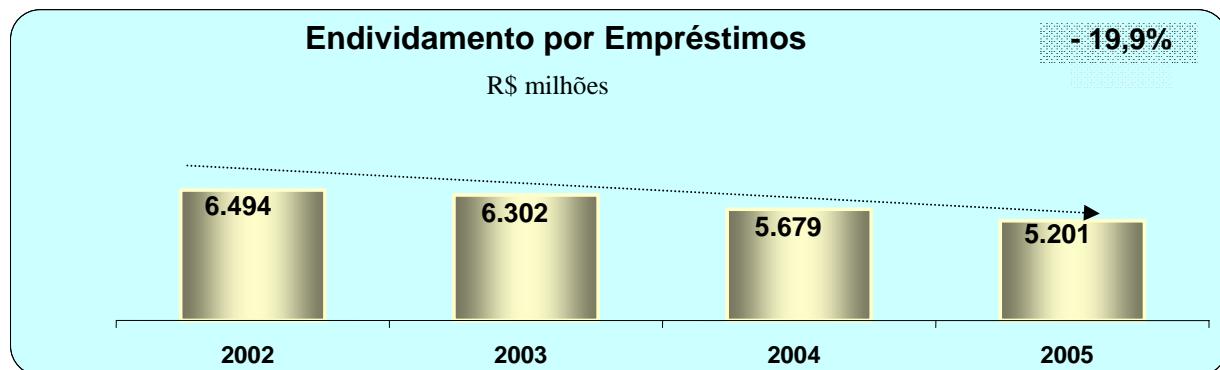
Lucro líquido

Apesar da elevação de alguns custos não-gerenciáveis acima da média do crescimento das receitas, conforme apresentados anteriormente, o lucro líquido da Companhia alcançou R\$ 746,4 milhões, no exercício de 2005, ficando 10,8% inferior ao obtido em 2004, cujo montante foi de R\$ 836,8 milhões.



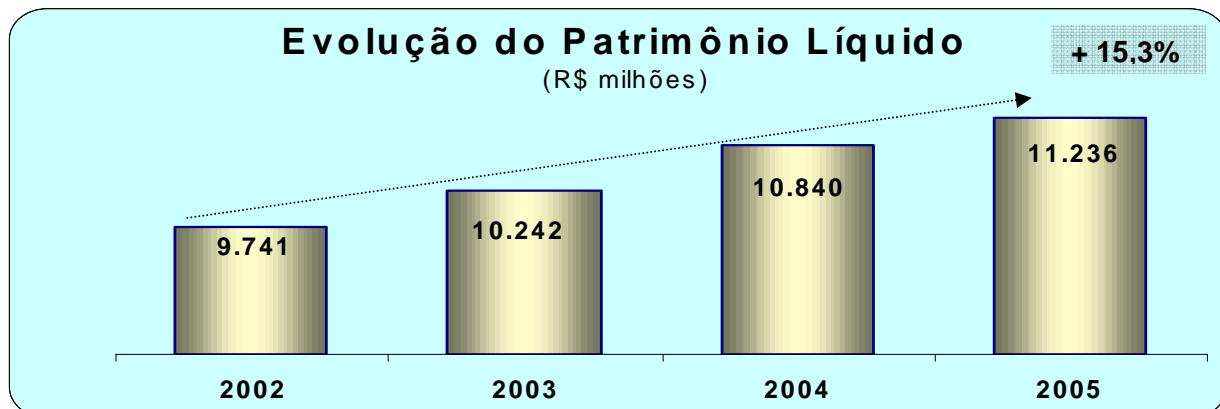
Endividamento

No final de 2005, a dívida da Companhia por empréstimos e financiamentos era de R\$ 5.200,9 milhões, contra R\$ 5.678,7 milhões em 2004. No período 2002/2005, a redução foi de 19,9%. O nível de alavancagem financeira, mensurado pelo indicador Dívida por Empréstimos em relação ao Patrimônio Líquido, manteve sua trajetória de queda, passando de 1,52 em 31 de dezembro de 2004, para 1,46 em 31 de dezembro de 2005.



Patrimônio Líquido

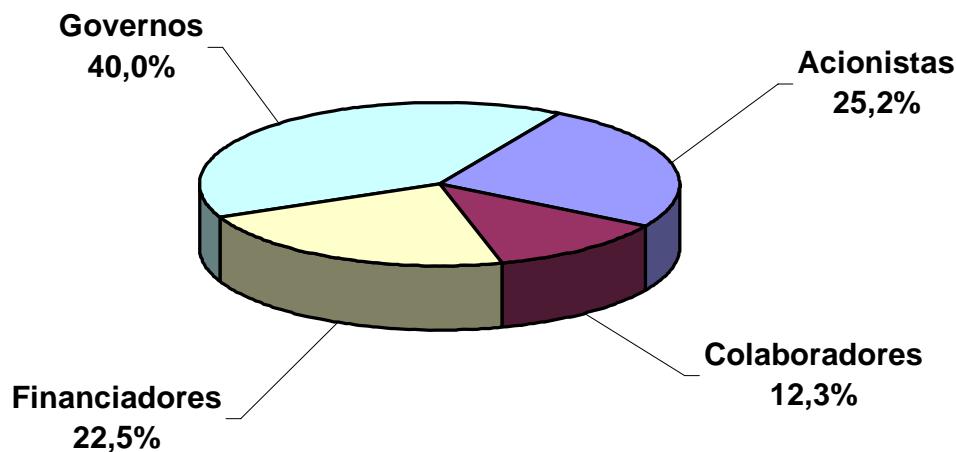
No final do exercício, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizou R\$ 11.236,0 milhões, frente a R\$ 10.839,6 milhões, no final de 2004, um crescimento de 3,7%. O aumento verificado teve origem em retenções de parte dos lucros líquidos não-distribuídos, a partir do exercício de 2003, com o objetivo de financiar parcelas substanciais dos orçamentos de investimentos da Companhia.



Valor Adicionado

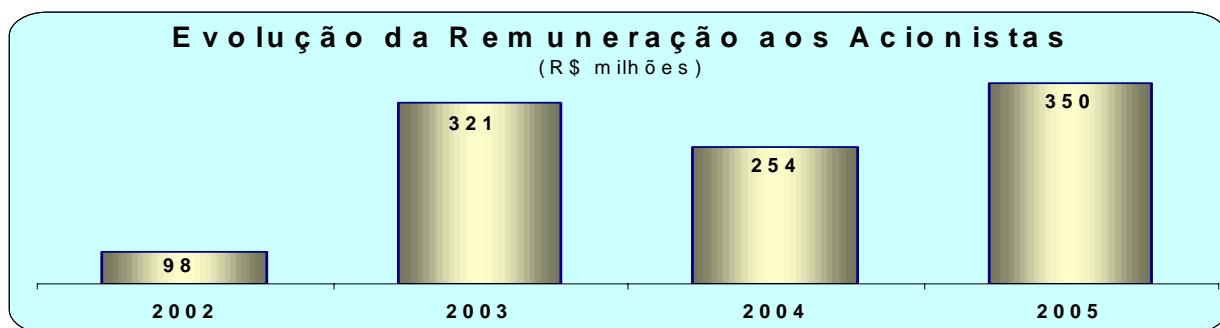
A contribuição da Companhia para o crescimento da economia nacional foi de R\$ 2.961,7 milhões, em geração de valor adicionado, no exercício de 2005, representando 75,0 % de suas receitas, contra 80,1% em 2004, com uma redução de cinco pontos percentuais. Este valor foi devolvido à sociedade em forma de salários, encargos e benefícios aos colaboradores e seus dependentes (12,3%); de impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (40,0%); de juros aos financiadores de bens e serviços (22,5%); e de lucros e remunerações aos acionistas (25,2%).

Distribuição do Valor Adicionado



REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Do resultado do ano de 2005, a administração da Companhia proporá à Assembléia Geral de Acionistas uma remuneração bruta de R\$ 350 milhões, sendo R\$ 230 milhões a título de Juros sobre o Capital Próprio e R\$ 120 milhões como Dividendos, equivalentes a R\$ 8,39 por ação ordinária e preferencial. Este valor é 37,7% superior à remuneração distribuída em 2004, de R\$ 254 milhões, equivalentes a R\$ 6,09 por ação.



RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços de auditoria independente fundamenta-se em princípios que preservem a independência desses profissionais. Neste sentido, a Companhia possui contrato para a prestação de serviços de auditoria independente, firmado com a empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, em 17/12/2002, para o período de dezembro 2002 a maio de 2007, devendo ser ressaltado que não há, com a referida empresa, qualquer outro contrato de prestação de serviços. Este procedimento está em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, referendada pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2005, de 24/08/2005.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui uma participação de 49% do capital votante da empresa STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A., constituída em 2003, em sociedade com a Companhia Técnica de Engenharia Elétrica - ALUSA, para exploração da outorga de concessão das instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, no trecho Teresina II – Sobral III - Fortaleza II, em 500kV, cujas obras foram concluídas em 19/12/2005 e a fase de operação comercial foi iniciada em 01/01/2006.

PROGRAMA DE PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

Um dos mais importantes fatores de sucesso da Chesf, ao longo da sua história, tem sido o permanente investimento nas mais modernas tecnologias para implantação do seu sistema físico. Neste sentido, considerando o que dispõem as Leis 9.991/00 e 10.847/04, bem como as ofertas de financiamentos emanadas dos Fundos Setoriais, a Chesf vem desenvolvendo, com as mais credenciadas entidades de ensino e pesquisa do País, projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Esses projetos abrangem todo o espectro das atividades envolvidas direta ou indiretamente na cadeia de valores dos negócios da Empresa.

Os resultados são extremamente promissores, na medida que essas iniciativas contribuem para catalisar uma das mais importantes ferramentas que sustentam o crescimento de um país: a conjunção de esforços das academias, dos centros de pesquisa e das empresas. Nesse enfoque, vários cursos de mestrado e de doutorado estão sendo estruturados no âmbito dos referidos projetos, tornando-os mais objetivos e

eficientes, eis que focalizam soluções de problemas concretos observados no contexto da operação do sistema elétrico. Via de consequência, o corpo técnico da Chesf progride no sentido da busca da excelência científica, produzindo um estoque de conhecimento técnico consistente e compatível com o atual estado da arte.

O exercício específico de 2005 foi marcado pelos primeiros resultados dos projetos de P&D submetidos à ANEEL, no âmbito do programa Chesf de Pesquisa e Desenvolvimento. Foram concluídos 19 projetos, cujos resultados são de grande importância, não apenas para a Empresa, mas também para as entidades de ensino e pesquisa e, finalmente, para o Setor Elétrico como um todo.

Ainda em 2005, o Programa Chesf de Pesquisa e Desenvolvimento, ciclo 2003/2004, foi integralmente aprovado pela ANEEL. Este programa incluiu 23 projetos, que estão sendo contratados com entidades de ensino e pesquisa do País, envolvendo recursos da ordem de R\$ 14 milhões. Foram também submetidos à ANEEL, 37 projetos, referentes ao ciclo 2004/2005, envolvendo recursos no montante de R\$ 15 milhões.

Ressaltam-se também os projetos em desenvolvimento pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL com recursos provenientes da contribuição estatutária das Empresas sócio-mantenedoras do Sistema Eletrobrás. A Chesf contribui com 8% do orçamento anual do CEPEL.

BALANÇO SOCIAL

Ao longo de sua existência, a Chesf tem desempenhado um papel preponderante para o desenvolvimento da Região Nordeste. A Empresa incorporou à sua Missão, a Responsabilidade Social, cuja abordagem é o desenvolvimento sócio-econômico e a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de todos os segmentos abrangidos pela Organização.

A gestão dos seus recursos humanos, a interação com seus fornecedores, o relacionamento com as comunidades externas e a manutenção da qualidade ambiental são os focos de seus principais programas envolvendo educação, saúde, meio ambiente, cultura e incentivo ao desenvolvimento sustentável que visam propiciar o fortalecimento da cidadania e contribuir para o desenvolvimento da Região.

A Chesf vem utilizando os indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial para sua autoavaliação e, com base nos resultados obtidos, iniciou a elaboração de um Plano de Melhorias, cujas ações serão implementadas no biênio 2006/2007.

GESTÃO DAS PESSOAS

A manutenção da força de trabalho própria, bem dimensionada quantitativa e qualitativamente, é essencial para o desenvolvimento dos planos de negócio. Por isso, em 2005, a Empresa admitiu 237 novos empregados aprovados em Concurso Público, com diversas formações, encerrando o ano com um quadro de pessoal de 5.628 empregados, distribuídos pelas suas várias instalações, quase todas no Nordeste. O índice de *turnover* do exercício foi de 4,22%.

A Empresa deu prosseguimento à implementação da Gestão de Pessoas com Base em Competências, que inclui diversas funções de recursos humanos que passarão a ter como referência as competências profissionais (conhecimentos, habilidades e atitudes) definidas como essenciais ao negócio da Chesf. A adoção desse modelo possibilitará à Empresa uma melhor gestão do seu capital intelectual e um maior alinhamento das estratégias de recursos humanos às estratégias de negócio, visando a melhoria dos resultados empresariais.

Relação com Sindicatos

A gestão das pessoas merece atenção especial por parte da Chesf, que as considera o seu maior patrimônio. Por isso busca, a cada ano, ampliar a participação dos seus empregados na gestão por meio dos sindicatos, com os quais mantém uma relação de respeito mútuo. Neste ano, os sindicatos participaram de quatro comissões paritárias para desenvolvimento de projetos na área de gestão de pessoas: Anotação de Responsabilidade Técnica, Plano de Cargos, Carreira e Salários, Passivo Trabalhista, Saúde e Segurança no Trabalho, todas ainda em andamento.

Clima Organizacional

A Chesf entende ser fundamental conhecer e considerar os anseios e necessidades de seus empregados. Para tal, realiza periodicamente pesquisa para avaliação do clima organizacional. O relatório da 4ª pesquisa, que obteve a participação de 76,9% dos empregados, foi concluído no início de 2005. Nesta pesquisa, 87,9% dos empregados pesquisados consideraram a Chesf um excelente lugar para trabalhar. O índice de favorabilidade do clima permaneceu igual ao da pesquisa anterior. A partir da análise dos resultados da pesquisa e das sugestões oferecidas pelos empregados, a Empresa realizou *workshops* em que foram definidas ações corporativas e setoriais para melhoria do clima.

Remuneração, Benefícios e Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados

Um dos focos da gestão da Empresa é manter a remuneração do seu pessoal equiparada aos valores praticados no mercado, além de propiciar um plano de benefícios altamente competitivo e participação nos resultados através de metas coletivas previamente estabelecidas. Em 2005, R\$ 43,5 milhões foram distribuídos, já que 100% das metas corporativas pactuadas no ano anterior foram atingidas.

A Chesf deu continuidade ao Programa de Assistência ao Portador de Deficiência, que atende os empregados e seus dependentes com necessidades especiais. Em 2005, foram atendidos 335 empregados e dependentes. Além de tratamento especializado, a Chesf participa, também, nas despesas com a instrução, na aquisição de equipamentos e aparelhos ortopédicos. O novo Manual de Benefícios da Empresa foi traduzido para a linguagem Braille, facilitando aos empregados e a seus dependentes, com deficiência visual, o acesso aos benefícios sociais.

Os empregados recebem *tickets* para alimentação, Auxílio-Creche e são suplementados com o Auxílio-Doença, quando se afastam por licença médica.

Desde que ingressam na Chesf, os empregados são estimulados a aderir ao Plano de Previdência Privada, administrado pela Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf, que finalizou 2005 com 12.287 participantes, dos quais 5.298 são ativos e 6.989 assistidos. A Empresa mantém, ainda, o Programa de Preparação para Aposentadoria para o empregado vivenciar esta nova etapa da melhor maneira possível.

Valorização da Diversidade

A Chesf comprehende que a promoção da diversidade é um valor fundamental e contribui para a manutenção de um clima organizacional saudável e solidário. Em 2005, iniciou seu Programa para Eqüidade de Gênero. Os empregados tiveram a oportunidade de ouvir e dialogar com especialistas sobre temas como: A Trajetória da Mulher na História, Direitos da Mulher, Participação Política das Mulheres e Acesso ao Poder, Prevenção à Violência Contra a Mulher e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual.

Investimento no Desenvolvimento Profissional

A Chesf investe no desenvolvimento profissional de seus empregados. Em 2005, o número médio de horas de treinamento por empregado foi de 80,46 horas, correspondendo a 4,19% das horas de trabalho, com investimento médio de R\$ 1.342,22 por empregado.

Foram realizados cursos para desenvolvimento e especialização em diversas áreas de conhecimento da Empresa.

O Programa Chesf de Educação à Distância - CONEXÃO foi mais um pilar para o incremento das ações de desenvolvimento profissional e ofereceu 291 cursos em todas as principais localidades da Empresa, do Piauí à Bahia.

Saúde, Segurança e Condições de Trabalho

Na área de saúde foram realizados diversos programas e campanhas, planejados com base no perfil da saúde e nas causas do absenteísmo por doença dos empregados. Muitas ações tiveram um foco preventivo: campanha de vacinação coletiva contra gripe, palestras, dicas de saúde, ginástica laboral. Em 2005, o Monitoramento Biopsicossocial, que atende aos empregados do segmento da manutenção da Empresa passou a cobrir todas as áreas da Chesf. Na área de segurança alimentar, aconteceram Oficinas de Nutrição para os empregados. Foi oferecido curso de manipulação de alimentos para os restaurantes do entorno da Sede da Chesf, onde almoçam os empregados.

Outras ações de saúde que tiveram continuidade foram o Plano de Ação Emergencial, visitas a empregados afastados após 60 dias e acompanhamento sistemático da saúde de grupos específicos de empregados.

Em 2005, 97,08% dos empregados realizaram exames médicos periódicos, que são definidos a partir da atividade e do perfil do empregado.

A Empresa investiu fortemente em ações educativas e prevencionistas com o objetivo de ampliar a segurança no trabalho. Como resultado, houve redução de 7 % nos acidentes de trabalho, em relação ao ano anterior e, ainda, diminuídos significativamente os acidentes de trabalho no trânsito, da ordem de 25% do número de ocorrências.

RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

AÇÕES SOCIAIS DIRIGIDAS PARA A COMUNIDADE

Com o objetivo de potencializar o investimento em projetos sociais voltados para a comunidade, a Empresa articulou-se com uma rede de parceiros: órgãos públicos, entidades da sociedade civil, entidades do terceiro setor. Foram implantados diversos projetos para atendimento às populações carentes do entorno dos empreendimentos de geração e transmissão, em cidades das Regiões Metropolitanas e em outros municípios do Nordeste.

Para o desenvolvimento das ações de responsabilidade social, a Chesf estruturou três macro-programas, conforme a seguir explicitado: Programa de Geração, abrangendo as microrregiões onde a Empresa tem usinas hidrelétricas e reservatórios, Programa de Transmissão, compreendendo os municípios onde estão implantadas as subestações ou são cortados por linhas de transmissão e Programa de Regiões Metropolitanas, contemplando os municípios das regiões metropolitanas das oito capitais da área de abrangência de suas instalações principais.

Programas Sociais de Governo

A Chesf implementou várias ações vinculadas ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Programa Luz Para Todos, alinhadas a programas sociais do Governo Federal.

Assim, a Empresa desenvolveu várias ações dirigidas às mulheres: de capacitação, saúde, prevenção à violência e promoção à cidadania em comunidades carentes do entorno das instalações da Chesf, beneficiando 2.700 mulheres em Recife, Salvador, Teresina, Paulo Afonso e Sobradinho.

O Programa Luz Para Todos é destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica a 10 milhões de pessoas do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público, visando acabar com a exclusão elétrica no País. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado com a participação da Eletrobrás e suas controladas, cabendo à Chesf a coordenação da região elétrica Nordeste. Nesta região, foram realizadas, em 2005, 162.000 ligações que beneficiaram 932.000 pessoas.

Educação

Em 2005, a Chesf continuou atuando fortemente para a melhoria da qualidade da educação no Nordeste. São diversos os projetos em andamento oferecidos para várias comunidades nas áreas dos empreendimentos de geração: Formação de Equipes Pedagógicas; Acompanhamento Pedagógico em Sala de Aula; Oficinas Pedagógicas para Educadores; Alfabetização para Jovens e Adultos.

Nas regiões metropolitanas do Recife e Salvador, foram implantados projetos que possibilitaram a melhoria da qualidade de instalações e equipamentos de escolas e creches de comunidades pobres, complementação da escolaridade e alimentação de crianças e adolescentes, desenvolvimento de habilidades e capacitação em empreendedorismo para adolescentes, prevenção à violência e desenvolvimento da cidadania, beneficiando 851 jovens e crianças.

Foi iniciado projeto para capacitação de 75 portadores de deficiência, com o objetivo de que ingressem no mercado de trabalho e gerem a própria renda, tornando-se autônomos.

No Programa de Aprendizagem, com dois anos de duração, 62 adolescentes de várias áreas da Chesf tiveram a oportunidade do primeiro emprego, com capacitação de alto nível.

A Empresa continuou seu programa de estágio para complementação da formação profissional, contando com 174 estagiários de nível médio e universitário e ampliou o Programa de Estágio para Pessoas com Deficiência, contemplando 16 estagiários e possibilitando a inserção desses jovens no mundo do trabalho.

Saúde

A Chesf mantém o hospital Nair Alves de Souza, em Paulo Afonso-BA, onde foram atendidas 257.900 pessoas em 2005, oriundas de mais de 20 municípios dos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Neste exercício, a Empresa investiu aproximadamente 15 milhões para implantação de melhorias e manutenção do hospital.

No contexto da revitalização do Rio São Francisco, foram também realizadas ações na área de saúde e saneamento (projetos de redes de esgoto).

No campo da saúde pública, a Chesf, apoiando os municípios que já operam ou passarão a operar os sistemas de tratamento de água domiciliar, realizou melhoramentos nas estações de tratamento de água, ampliando a sua capacidade e atualizando os equipamentos para tecnologias mais modernas e eficientes, de modo a minimizar os riscos de transmissão de doenças por veiculação hídrica naquela população rural.

A Empresa realizou, em parceria com ONG e entidades governamentais, várias oficinas sobre aleitamento materno, preparo multimistura e soro caseiro, prevenção da hanseníase, tuberculose, hipertensão e diabetes, prevenção de câncer de mama e de colo uterino, prevenção de DST/AIDS, com distribuição de material informativo e preservativos femininos e masculinos, bem como possibilitou que 840 mulheres de comunidades próximas às instalações da Empresa, em Recife-PE, Salvador-BA, Paulo Afonso-BA, Sobradinho-BA e Teresina-PI fossem beneficiadas com exames especializados como: ultrassonografias mamárias, mamografias, colposcopias.

Cultura e Esporte

A Chesf continuou incentivando diversas iniciativas na área da cultura e do esporte, promovendo artistas regionais, com projetos de desenvolvimento cultural através da utilização da música, dança, teatro, artes plásticas, literatura, cinema e atletas que se destacaram em algumas modalidades, tais como tênis, natação, vôlei de praia e hipismo.

Continuou também sua atuação para preservação da Arqueologia e do Patrimônio Histórico da região dos Lagos do Rio São Francisco.

Em 2005, patrocinou um total de 581 projetos, correspondente a R\$ 17,5 milhões, inspirados na cultura popular da Região Nordeste e nos esportes. Com isso, a Chesf, cada vez, mais desonta e diferencia-se no mercado pelo seu posicionamento de apoio à cultura e ao esporte, reforçando o valor de sua marca e potencializando uma imagem institucional positiva junto às comunidades onde está inserida.

Programa do Reassentamento de Itaparica

Em 2005, a Chesf investiu no Reassentamento de Itaparica R\$ 100,7 milhões, onde foram aplicados cerca de 26,1% em obras, serviços e aquisições de equipamentos para a implantação de novos projetos e em melhoramentos da infra-estrutura rural dos perímetros em operação e 73,9 % em atividades de assistência ao reassentado e à produção agrícola nos perímetros em operação, em programas ambientais, em indenizações à comunidade indígena Tuxá, nas questões de regularização fundiária e em ações de gerenciamento.

Na implantação dos projetos, prosseguiram as obras do sistema adutor de recalque e da rede de gravidade e foram concluídas as obras civis das casas de bombas, comando e subestação e a adequação do sistema de abastecimento d'água domiciliar do Projeto Barreiras Bloco 2. Com referência ao Projeto Jusante, estão em curso licitações para aquisição dos equipamentos e contratação das obras do sistema adutor de recalque e reservatório.

Foram realizadas melhorias nos perímetros irrigados em operação com o prosseguimento das obras de infra-estrutura rural, com destaque para as obras de adequação em sistemas de abastecimento d'água domiciliar, recuperação das cercas, instalação de hidrômetros, automação de estações de bombeamento, implantação de sistemas de drenagem e melhorias nas instalações elétricas.

Nas atividades relacionadas à assistência ao reassentado e à produção nos perímetros irrigados em operação, a Chesf custeou as ações relativas à operação, manutenção, despesas com energia elétrica, assistência técnica e extensão rural e efetuou o pagamento da Verba de Manutenção Temporária – VMT aos reassentados que ainda não dispõem de lote irrigado apto para produção, assim como desenvolveu programas de preservação ambiental e de atendimento aos condicionantes para obtenção das licenças de operação dos perímetros irrigados. Além disso, gerenciou e custeou a operação dos serviços públicos de saúde, abastecimento d'água potável e manutenção viária na área do Reassentamento, nos municípios com os quais ainda não firmou convênio para transferência desses serviços.

Com relação ao reassentamento da comunidade indígena Tuxá, a Empresa efetuou pagamentos relativos à indenização das casas construídas e da Provisão Temporária de Subsistência, em cumprimento às ações constantes do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado com o Ministério Público Federal e a FUNAI.

Foram desenvolvidas ações relacionadas à regularização fundiária com a outorga de títulos de propriedade rural e urbana e foi efetuado o pagamento da Verba de Apoio à Produção - VAP aos reassentados que passaram a dispor de lotes irrigados aptos à produção.

Foi autorizada, ainda, a transmissão da posse para o INCRA de duas áreas de terras excedentes de perímetros agrícolas, para fins do programa de reforma agrária do Governo Federal, totalizando 9.064 hectares nos Municípios de Itacuruba e Santa Maria da Boa Vista, ambos em Pernambuco.

Finalizando, foram retomadas as discussões entre a Chesf e a Codevasf sobre a transferência da gestão dos perímetros em operação, com o envolvimento dos Ministérios de Minas e Energia, Integração Nacional e Casa Civil da Presidência da República, sobre a redução gradual da participação da Chesf na condução dessas ações, até a sua total desoneração.

QUALIDADE AMBIENTAL E GERENCIAMENTO DO IMPACTO NO AMBIENTE

A Chesf, numa visão de sustentabilidade econômica, social e ambiental, adota uma gestão ambiental cuidadosa de seus ativos de geração e transmissão, bem como dos processos de armazenagem e movimentação de produtos perigosos.

Todas as unidades de geração da Empresa estão regularizadas com licenças ambientais e foram iniciados estudos objetivando a regularização de empreendimentos antigos na área de transmissão, visando ao licenciamento de todo o seu parque de transmissão. Ressalta-se que, neste exercício de 2005, a Chesf não foi autuada nem multada por violação de normas de proteção ambiental.

O compromisso com a preservação do meio ambiente levou a Chesf a destinar recursos da ordem de R\$ 8,5 milhões nos seguintes programas ambientais:

- Programas de Educação e Saúde Ambiental (PESA), para as comunidades situadas nas imediações dos empreendimentos de transmissão e de geração. Estes programas envolveram 23 municípios, sendo treinadas 2.175 pessoas e 558 multiplicadores.
- Programas de Comunicação Sócio-Ambiental (PCSA) em diversas comunidades, com a participação de 2.754 pessoas em 7 municípios.
- Programa de Prevenção e Controle de Queimadas, envolvendo o treinamento de 144 pessoas em 4 municípios.
- Programas na área de estudos e monitoramento de ecossistemas aquáticos, abrangendo o Monitoramento Limnológico da Qualidade da Água, o Monitoramento da Cunha Salina, o Monitoramento e a Conservação da Fauna Aquática, o Resgate de Peixes em Paradas de Máquinas e Fechamento de Vertedouros, o Levantamento e Monitoramento de Tanques-rede, o Levantamento de Potenciais Poluidores dos Reservatórios e a Transferência de Tecnologia para Produção de Surubim.
- Programas na área de estudos e monitoramento da flora e da fauna, constituídos de: Monitoramento das Matas Ciliares, Programa de Produção de Mudas Nativas da Caatinga, Monitoramento da Avifauna, Herpetofauna e Mastofauna, Monitoramento das Áreas de Reserva Legal, Levantamento Fitossociológico, Projetos Paisagísticos, Monitoramento da Flora nas áreas de reserva legal, Programa de Poda e Corte Seletivo da Vegetação, Programa de Replantio Seletivo das faixas de Servidão e Programa de Monitoramento da Flora das faixas de servidão das linhas de transmissão.
- Programas de monitoramento de riscos ambientais de resíduos perigosos, constituídos de: Monitoramento das Emissões Atmosféricas, Análise de Perigos e Operabilidade – HAZOP, Descarte das Embalagens de Agrotóxicos, Descarte de Baterias Chumbo-ácido e Descarte de Resíduos da Construção Civil dos Silos de Bauxita.
- Programa de Levantamento Arqueológico visando ao resgate e à preservação do patrimônio sócio-cultural.
- Programas do meio físico, constituídos de: Recuperação de Áreas Degradadas, Controle e Monitoramento de Processos Erosivos, Reuso de Água Residual para Aproveitamento Hidroagrícola através de Reatores.
- Outros programas desenvolvidos: Demarcação e Sinalização das áreas de Reserva Legal, Balizamento e Sinalização Náutica, Estudo Sobre a Produção Agrícola, Programa de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Os principais indicadores sociais, que representam a responsabilidade corporativa e social da Chesf para com os seus colaboradores e a comunidade na qual está inserida, são demonstrados a seguir:

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza	Em 2005:	2.961.689	Em 2004:	3.118.518		
Distribuição do Valor Adicionado	40,0% governo 25,2% acionistas	12,3% empregados 22,5% financiadores	33,6% governo 26,8% acionistas	11,1% empregados 28,5 % financiadores		
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.						
2 - RECURSOS HUMANOS		Em 2005:		Em 2004		
2.1 - Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	389.821		343.359			
- Empregados	387.474		341.243			
- Administradores	2.347		2.116			
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	24,2		26,9			
- Administradores	1,0		1,0			
2.2 - Benefício Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	84.819	21,8%	2,6%	75.767	22,1%	2,2%
Alimentação	28.052	7,2%	0,9%	25.156	7,3%	0,7%
Transporte	654	0,2%	0,0%	1.446	0,4%	0,0%
Previdência privada	20.414	5,2%	0,6%	18.798	5,5%	0,5%
Saúde	28.558	7,3%	0,9%	19.210	5,6%	0,5%
Segurança e medicina do trabalho	2.146	0,6%	0,1%	1.702	0,5%	0,0%
Educação	4.555	1,2%	0,1%	4.141	1,2%	0,1%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.674	1,7%	0,2%	4.285	1,2%	0,1%
Creches ou auxílio creche	539	0,1%	0,0%	451	0,1%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	43.476	11,2%	1,3%	37.707	11,0%	1,1%
Total	219.887	56,4%	6,7%	188.663	54,9%	5,4%
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	5.628			5.625		
Nº de admissões	237			173		
Nº de demissões	234			117		
Nº de estagiários no final do exercício	17			179		
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	39			35		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	-			-		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	4.495			4.487		
- Feminino	1.133			1.138		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-			-		
- De 18 a 35 anos	980			854		
- De 36 a 60 anos	4.468			4.623		
- Acima de 60 anos	180			148		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	21			24		
- Com ensino fundamental	1.286			1.348		
- Com ensino médio	858			875		
- Com ensino técnico	2.045			1.961		
- Com ensino superior	1.247			1.238		
- Pós-graduados	171			179		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	87,3%			87,6%		
- Feminino	12,7%			12,4%		
2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.252			1.035		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	225			212		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	256			235		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	1.050			5.316		
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	2.311	0,3%	0,1%	1.426	0,2%	0,0%
Cultura	15.401	1,9%	0,5%	14.202	1,5%	0,4%
Saúde e infra-estrutura	283	0,0%	0,0%	1.520	0,2%	0,0%
Esporte e lazer	1.995	0,2%	0,1%	581	0,1%	0,0%
Alimentação	1.360	0,2%	0,0%	749	0,1%	0,0%
Geração de trabalho e renda	2.541	0,3%	0,1%	-	0,0%	0,0%
Reassentamento de famílias	100.755	12,4%	3,1%	89.683	9,7%	2,6%
Total dos investimentos	124.646	15,3%	3,8%	108.161	11,7%	3,1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	648.343	79,8%	19,7%	559.590	60,7%	16,0%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	175.566	21,6%	5,3%	130.790	14,2%	3,7%
Total - Relacionamento com a Comunidade	948.555	116,7%	28,8%	798.541	86,6%	22,8%
3.2 - Interação com os Fornecedores	São exigidos controles sobre:					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores	Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno ou insalubre a menores de 18 anos.					

4 - Interação com o Meio Ambiente	Em 2005			Em 2004		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	5.730	0,7%	0,2%	3.867	0,4%	0,1%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	972	0,1%	0,0%	663	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	74	0,0%	0,0%	45	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	1.707	0,2%	0,1%	1.312	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	6	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	8.489	1,0%	0,3%	5.887	0,6%	0,2%
5 - Outras informações	2005			2004		
Receita Líquida (RL)	3.298.910			3.502.459		
Resultado Operacional (RO)	812.484			922.153		

AGRADECIMENTOS

A Diretoria da Chesf agradece aos acionistas, à Presidência da República, ao Ministério de Minas e Energia, à Eletrobrás e aos Governos dos Estados e Municípios do Nordeste, pelo apoio recebido.

Registra, também, os agradecimentos aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Chesf, aos clientes, fornecedores, órgãos governamentais e às instituições da sociedade civil pela atenção, cooperação e confiança durante o ano de 2005, externando o especial reconhecimento aos seus colaboradores pela dedicação e esforços empreendidos, graças aos quais a Companhia conseguiu obter os excelentes resultados.

Recife, 13 de março de 2006

A Diretoria

Demonstrações Contábeis

2005

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

CIRCULANTE

	Legislação Societária	
	2005	2004 (Reclassificado)
Numerário disponível	11.897	10.261
Aplicações no mercado aberto - nota 5	148.747	14.669
Consumidores e concessionárias - nota 6	875.718	769.459
Tributos e contribuições a recuperar	25.473	69.430
Adiantamentos a empregados	12.074	25.749
Estoques	69.157	63.553
Títulos e valores mobiliários - nota 5	31	145.830
Créditos fiscais - nota 8	14.371	15.176
Adiantamentos a fornecedores	4.287	4.777
Cauções e depósitos vinculados	4.480	21.567
Reserva Global de Reversão	3.689	5.831
Outros - nota 9	103.717	87.929
	1.273.641	1.234.231

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Consumidores e concessionárias - nota 6	507.063	652.349
Financiamentos repassados	4.895	5.686
Depósitos vinculados a litígios	50.565	31.506
Créditos fiscais - nota 8	174.630	189.657
Outros	10.104	12.652
	747.257	891.850

PERMANENTE

Investimentos - nota 10	95.906	51.839
Imobilizado - nota 11	16.328.628	16.388.248
Diferido	651	838
	16.425.185	16.440.925

TOTAL DO ATIVO

	Legislação Societária	
	2005	2004 (Reclassificado)
	18.446.083	18.567.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO

CIRCULANTE

	Legislação Societária	
	2005	2004 (Reclassificado)
Fornecedores - nota 13	235.844	218.884
Folha de pagamento	5.079	4.319
Tributos e contribuições sociais - nota 16	57.823	129.817
Empréstimos e financiamentos - nota 14	595.356	551.622
Encargos de dívidas - nota 14	108.814	5.342
Débitos fiscais - nota 15	2.013	36.267
Participação nos lucros ou resultados - nota 25	43.478	37.707
Remunerações aos acionistas - nota 20	315.687	216.295
Obrigações estimadas	50.285	42.801
Entidade de previdência privada - nota 26	198.571	203.562
Provisões para contingências - nota 18	93.907	83.422
Outros - nota 17	93.984	59.568
	1.800.841	1.589.606

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Fornecedores - nota 13	15.950	31.314
Empréstimos e financiamentos - nota 14	4.496.744	5.121.740
Débitos fiscais - nota 15	-	10.450
Tributos e contribuições sociais - nota 16	58.121	52.645
Provisões para contingências - nota 18	252.978	235.869
Entidade de previdência privada - nota 26	569.927	666.285
Outros	15.498	19.478
	5.409.218	6.137.781

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - nota 19	1.278.585	1.278.585
Reservas de capital - nota 19	7.416.199	7.416.199
Reservas de lucros - nota 19	2.246.844	1.850.439
	10.941.628	10.545.223
Recursos destinados a aumento de capital	294.396	294.396
	11.236.024	10.839.619
TOTAL DO PASSIVO	18.446.083	18.567.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2005	2004 (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia elétrica - nota 21	664.702	673.007
Suprimento de energia elétrica - nota 21	2.294.733	2.408.298
Disponibilização do sistema de transmissão - nota 21	976.122	789.873
Outras receitas operacionais	14.021	19.638
	3.949.578	3.890.816
Deduções da Receita Operacional		
Reserva Global de Reversão – RGR	(101.732)	(99.720)
ICMS sobre energia elétrica	(75.511)	(71.677)
Encargo de Capacidade Emergencial	(47.825)	(79.712)
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(100.919)	(804)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(14.703)	(107)
PROINFA	(2.412)	-
COFINS	(247.108)	(119.993)
PASEP	(60.458)	(16.344)
	(650.668)	(388.357)
Receita operacional líquida	3.298.910	3.502.459
CUSTO DO SERVICO DE ENERGIA ELÉTRICA - nota 23		
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda - nota 22	(88.532)	(167.078)
Encargos de uso da rede elétrica	(367.334)	(155.672)
Custo de operação		
Pessoal	(123.009)	(111.185)
Material	(9.000)	(8.045)
Combustível para a produção de energia	(10.504)	(11.884)
Serviço de terceiros	(54.354)	(37.251)
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	5.911	(77.800)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	958	(11.491)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(175.566)	(130.790)
Depreciação e amortização	(514.989)	(498.221)
Outras	(55.418)	(35.287)
	(1.391.837)	(1.244.704)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS - nota 23	(632)	(473)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.906.441	2.257.282
DESPESAS OPERACIONAIS - nota 23	(457.016)	(435.965)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.449.425	1.821.317
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Renda de aplicações financeiras	21.774	36.454
Variação monetária e acréscimos moratórios - energia vendida	228.455	200.430
Outras variações monetárias ativas	5.345	22.154
Outras receitas financeiras	(9.947)	2.290
Pasep/Cofins	(16)	(11.420)
Encargos de dívidas	(673.817)	(716.529)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	109.347	(43.098)
Outras variações monetárias passivas	(78.253)	(77.976)
Outras despesas financeiras	(9.829)	(57.302)
	(406.941)	(644.997)
Resultado Operacional antes dos Juros sobre o Capital Próprio	1.042.484	1.176.320
Juros sobre o capital próprio	(230.000)	(254.167)
RESULTADO OPERACIONAL	812.484	922.153
Receita não operacional	2.214	1.653
Despesa não operacional	(9.506)	(279)
Resultado não operacional	(7.292)	1.374
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	805.192	923.527
Contribuição social - nota 24	(54.808)	(86.952)
Imposto de renda - nota 24	(192.463)	(223.589)
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	557.921	612.986
Reversão dos juros sobre o capital próprio	230.000	254.167
Participação nos lucros ou resultados - nota 25	(41.516)	(30.370)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	746.405	836.783
Lucro líquido por ação (R\$)	17,90	20,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (valores expressos em milhares de reais)

Legislação Societária

	CAPITAL SUBSCRITO REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS (**)	LUCROS ACUMULADOS	SUBTOTAL	RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
SALDO EM 31/12/2003	1.263.333	7.416.199	1.267.823	-	9.947.355	294.396	10.241.751
Aumento de capital com recursos do Finor	15.252	-	-	-	15.252	-	15.252
Realização de reservas de lucros	-	-	(21.807)	21.807	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	836.783	836.783	-	836.783
Destinações:							
Reserva legal	-	-	41.839	(41.839)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(254.167)	(254.167)	-	(254.167)
Reserva de retenção de lucros	-	-	562.584	(562.584)	-	-	-
SALDO EM 31/12/2004	1.278.585	7.416.199	1.850.439	-	10.545.223	294.396	10.839.619
Realização de reservas de lucros	-	-	(22.312)	22.312	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	746.405	746.405	-	746.405
Destinações:							
Reserva legal	-	-	37.320	(37.320)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(230.000)	(230.000)	-	(230.000)
Dividendos propostos	-	-	-	(120.000)	(120.000)	-	(120.000)
Reserva de retenção de lucros (*)	-	-	381.397	(381.397)	-	-	-
SALDO EM 31/12/2005	1.278.585	7.416.199	2.246.844	-	10.941.628	294.396	11.236.024

(*) O valor de R\$ 381.397 mil, destinado à Reserva de retenção de lucros, correspondente à parcela não-distribuída do lucro líquido do exercício, integra as fontes de recursos que compõem o orçamento de investimento da Companhia.

(**) O valor de R\$ 417.721 mil que excede o limite das reservas de lucros, previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976, será objeto de aumento do capital social da Companhia na próxima Assembléia Geral Extraordinária – AGE.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

ORIGENS

Das operações

	Legislação Societária	
	2005	2004 (Reclassificado)
Lucro líquido do exercício	746.405	836.783
Despesas (Receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	546.812	529.193
Variações monetárias e cambiais de longo prazo (líquidas)	(71.288)	100.466
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.425)	9.670
Ativo regulatório (Pasep/Cofins) - nota 7	18.895	(30.735)
Energia livre - nota 31	65.194	148.692
Outras	18.400	2.071
	1.317.993	1.596.140
De acionistas		
Aumento de capital com recursos do Finor	-	15.252
De terceiros		
Financiamentos obtidos	1.806	1.929
Circulantes transferidos para o exigível a longo prazo:		
Entidade de previdência privada	62.922	70.411
Encargos sobre tributos	8.208	7.170
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Financiamentos a terceiros - moeda nacional	3.371	1.296
Créditos fiscais	40.964	31.114
Títulos a receber – consumidores	76.856	115.850
Depósitos vinculados a litígios	54.226	25.151
Títulos e valores mobiliários	-	139.729
Cauções e depósitos vinculados	2.497	13.497
Despesas pagas antecipadamente	21.892	-
Outros	787	243
Encargos do consumidor a recolher	2.561	3.908
Outras	29.460	15.936
	305.550	426.234
TOTAL DAS ORIGENS	1.623.543	2.037.626

APLICAÇÕES

No aumento do realizável a longo prazo:

Financiamentos a terceiros – moeda nacional	2.580	1.162
Títulos a receber – consumidores	7.021	128.059
Depósitos vinculados a litígios	71.913	31.675
Títulos e valores mobiliários	42	9.854
Despesas pagas antecipadamente	13.606	-
Créditos fiscais	25.937	17.677
Outros	638	6.022
Nas aquisições para o imobilizado	493.753	618.662
Em exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	530.617	551.724
Entidade de previdência privada	175.074	250.205
Débitos fiscais	4.025	36.267
Tributos e contribuições sociais	2.732	3.338
Fornecedores	31.928	95.173
Outros	5.856	-
Encargos do consumidor a recolher	11.208	5.485
Em encargos financeiros e efeitos inflacionários	24.371	27.818
Em participações societárias permanentes	44.067	48.642
Em remunerações aos acionistas - nota 20	350.000	254.167

TOTAL DAS APLICAÇÕES

Redução do capital circulante líquido

Ativo Circulante

No início do exercício
No fim do exercício

Passivo Circulante

No início do exercício
No fim do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2005	2004
Atividades operacionais		(Reclassificado)
Lucro líquido do exercício	746.405	836.783
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	546.812	529.193
Variações monetárias e cambiais de longo prazo (líquidas)	(71.288)	100.466
Baixas do imobilizado em serviço	16.643	6.415
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.425)	9.670
Ativo regulatório (Pasep/Cofins) - nota 7	18.895	(30.735)
Energia livre - nota 31	65.194	148.692
Outras	1.757	(4.344)
	1.317.993	1.596.140
Variação no ativo circulante		
Consumidores e concessionárias	(106.259)	(44.162)
Estoques	(5.604)	6.094
Tributos e contribuições compensáveis	43.957	(67.284)
Adiantamentos a empregados	13.675	(15.474)
Conta de Consumo de Combustíveis	1.361	8.930
Cauções e depósitos vinculados	17.087	29.199
Créditos fiscais	805	(186)
Serviços em curso	(28.367)	(21.210)
Outros ativos operacionais	13.850	27.568
	(49.495)	(76.525)
Variação no passivo circulante		
Fornecedores	16.588	28.793
Tributos e contribuições sociais	(71.994)	61.224
Provisões para contingências	10.485	52.760
Obrigações estimadas	7.484	3.829
Débitos fiscais	(34.254)	(53.073)
Participação nos lucros ou resultados	5.771	(3.163)
Encargos do consumidor a recolher	(4.821)	(2.614)
Outros passivos operacionais	40.369	14.392
	(30.372)	102.148
Aplicação do realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários	145.757	(5.634)
Depósitos judiciais, compulsórios e de garantias	(17.687)	(6.524)
Títulos de crédito a receber	69.835	(12.209)
Cauções e depósitos vinculados	2.435	7.802
Créditos fiscais	15.027	12.657
Outras	9.288	830
	224.655	(3.078)
Aumento do exigível a longo prazo		
Ação cível	17.109	13.702
Encargos do consumidor a recolher	2.561	3.908
Outros credores – Fachesf	4.611	-
	24.281	17.610
Total das atividades operacionais	1.487.062	1.636.295
Atividades de investimentos		
Aplicações no ativo imobilizado	(493.753)	(618.662)
Participações societárias permanentes	(44.067)	(48.642)
	(537.820)	(667.304)
Atividades de financiamentos		
Recursos recebidos de acionistas e partes relacionadas	-	15.252
Empréstimos e financiamentos obtidos a curto prazo	230.000	-
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	1.806	1.929
Encargos a pagar sobre empréstimos e financiamentos	618.762	664.157
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(21.884)	929
Pagamentos de parcelas de C. P. de emprést. e financiamentos de natureza de L.P	(696.980)	(670.773)
Encargos financeiros pagos a acionistas e partes relacionadas	(439.109)	(581.879)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	(98.571)	(108.527)
Remunerações pagas aos acionistas	(216.286)	(273.081)
Entidade de previdência privada – Fachesf	(117.143)	(182.198)
Outros	(74.123)	(136.497)
	(813.528)	(1.270.688)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	135.714	(301.697)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.930	326.627
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	160.644	24.930
VARIAÇÃO NO CAIXA	135.714	(301.697)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(valores expressos em milhares de reais)

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Receitas

(-) Bens e serviços adquiridos de terceiros

	Legislação Societária	
	2005	2004
Material	29.527	21.724
Combustíveis para a produção de energia	10.504	11.884
Serviço de terceiros	133.305	99.106
Energia elétrica comprada para revenda	88.532	167.078
Encargos de uso da rede elétrica	367.334	155.672
Outros	50.210	50.343
	679.412	505.807

(=) Valor Adicionado Bruto

(-) Retenções

Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	546.812	529.193
--	----------------	----------------

(=) Valor Adicionado Líquido

(+) Valor adicionado transferido

Receitas financeiras	245.627	261.328
----------------------	----------------	----------------

(=) Valor Adicionado a Distribuir

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Pessoal:

Salários/benefícios/FGTS	287.912	249.326
Participação nos lucros ou resultados	41.516	30.370
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	13.727	47.157
Entidade de previdência privada – contribuições normais	20.414	18.798
	363.569	345.651

Governos:

Encargos sociais vinculados à folha de pagamento	67.548	59.107
Tributos	648.343	559.590
Encargos setoriais	467.868	429.537
	1.183.759	1.048.234

Financiadores:

Encargos financeiros, variação monetária e outros	482.946	629.325
Eletrobrás	156.456	243.474
Outros financiadores	28.554	15.051
Aluguéis	667.956	887.850

Acionistas:

Juros sobre o capital próprio	230.000	254.167
Dividendos	120.000	-
Lucros retidos	396.405	582.616
	746.405	836.783
	2.961.689	3.118.518

Valor adicionado médio por empregado

Legislação Societária

2005	2004
3.942.286	3.892.190

3.892.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro do Bongi, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de economia mista de capital aberto, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobrás, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica. Seu principal mercado está situado na Região Nordeste, onde atende diretamente aos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, cobrindo uma área superior a 1,2 milhão de quilômetros quadrados, equivalente a 14,3% do território nacional. A partir do exercício de 2002, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento - contratos iniciais - à razão de 25% ao ano, de acordo com a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a Companhia passou a ter penetração nacional, com atendimento às demandas das demais Regiões do País.

As operações da Companhia com a geração de energia contam com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.618,328 MW. A transmissão de energia é realizada por um sistema composto de 80 subestações de transmissão, 15 subestações elevadoras e de 18.260 quilômetros de linhas de alta tensão.

A comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, dos contratos oriundos de leilões de energia realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e dos leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças, entre as energias geradas e as vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, que sucedeu ao Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE.

A atividade de Transmissão e a consequente Receita Anual Permitida - RAP, estipulada pela ANEEL, cujo montante é anualmente reajustado, é suportada pelos Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCT, todos vinculados ao Contrato de Concessão de Transmissão, que, por sua vez, prevê que a cada quatro anos, após a sua celebração, haverá revisão periódica da RAP, com o objetivo de promover a eficiência e a modicidade tarifária.

A partir de 01 de março de 1999, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão da Companhia estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle da referida sociedade.

Nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Companhia, juntamente com as principais empresas do Sistema Eletrobrás, foi excluída do Programa Nacional de Desestatização – PND.

2 - DAS CONCESSÕES

A Companhia detém as seguintes concessões:

CONCESSÕES	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada Em 2005 (MW médio/ano)	Data da concessão	Data de Vencimento
USINAS					
Hidrelétricas					
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	60,537	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	91,677	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	233,728	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	1.452,110	03/10/1945	02/10/2015
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	95,321	03/10/1945	02/10/2015
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	905,032	03/10/1945	03/10/2015
Xingó	São Francisco	3.162,000	2.136,748	03/10/1945	02/10/2015
Funil	das Contas	30,000	9,980	25/08/1961	07/07/2015
Pedra	das Contas	20,007	2,438	25/08/1961	07/07/2015
Castelo Branco	Parnaíba	237,300	145,314	11/10/1965	10/10/2015
Sobradinho	São Francisco	1.050,300	509,165	10/02/1972	09/02/2022
Curemas	Piancó	3,520	0,842	26/11/1974	25/11/2024
Araras (*)	Acaraú	4,000	0,000	29/08/1958	07/07/2015
Piloto	São Francisco	2,000	0,000	16/02/1949	07/07/2015
Termelétrica					
Camaçari	-	350,000	5,555	11/08/1977	10/08/2007
SISTEMA DE TRANSMISSÃO					
Em serviço:					
- 80 subestações de transmissão, 15 subestações elevadoras e 18.260 Km de linhas de alta tensão.				29/06/2001	07/07/2015
Em construção:					
- Linha de transmissão Milagres/Tauá (CE), em 230 kV, com extensão aproximada de 200 Km.				04/03/2005	03/03/2035
- Linha de transmissão Milagres/Coremas (CE), em 230 kV, com extensão aproximada de 120 Km.				04/03/2005	03/03/2035

(*) Transferida do DNOCS à Chesf como doação.

Obs.: Capacidade Utilizada corresponde à geração média, em MW, no período.

Os vencimentos dessas concessões estão de acordo com o Contrato de Concessão de Geração nº 006/2004-ANEEL, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União-D.O.U., de 22/11/2004.

A capacidade instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidráulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

A produção das usinas do Sistema Chesf é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamento que vão desde o nível anual até os diário e horário, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define o montante e a origem da geração necessária para atender aos requisitos energéticos do País de forma otimizada, levando em conta as necessidades do mercado, as disponibilidades hídrica e de máquinas, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através de um complexo sistema que interliga as diferentes regiões.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com a legislação societária brasileira e atende as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as práticas contábeis descritas a seguir.

Para efeito de melhor comparação com o exercício atual, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do exercício anterior foram reclassificados conforme a seguir:

	2005	2004		
		Reclassificado	Ajuste	Anterior
Balanço Patrimonial				
Ativo Circulante				
Tributos e contribuições a recuperar	25.473	69.430	25.725	43.705
Passivo Circulante				
Fornecedores	235.844	218.884	18.284	200.600
Demonstração do Resultado				
Deduções da Receita Operacional				
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	(100.919)	(804)	77.800	(78.604)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(14.703)	(107)	11.491	(11.598)
Custo do Serviço de Energia Elétrica				
Custo de Operação				
Serviço de terceiros	(54.354)	(37.251)	(8.977)	(28.274)
Outras	(55.418)	(35.287)	8.977	(44.264)
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	5.911	(77.800)	(77.800)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	958	(11.491)	(11.491)	-
Receita (Despesa) Financeira				
Variações monetárias s/emprést. e financ.	109.347	(43.098)	(33.118)	(9.980)
Outras variações monetárias passivas	(78.253)	(77.976)	33.118	(111.094)

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Efeitos inflacionários

- Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249/1995, estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições contratuais. As parcelas componentes do ativo permanente, patrimônio líquido e obrigações vinculadas à concessão estão atualizadas até 31 de dezembro de 1995, pela sistemática oficial de correção monetária até então vigente.

b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

- As aplicações financeiras no mercado aberto estão registradas ao custo, acrescidas das receitas auferidas até a data do balanço;

- Os títulos e valores mobiliários estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicáveis, sendo reconhecida provisão para ajuste ao provável valor de realização;
- Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição;
- Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e a contribuição social, incidentes sobre diferenças temporárias e base negativa;
- As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas a fornecedores, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço;
- Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas.

c) Permanente

- As participações societárias permanentes estão registradas ao custo de aquisição, sendo as anteriores a 31 de dezembro de 1995 corrigidas monetariamente até aquela data;
- O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995; a depreciação é calculada pelo método linear. A partir do exercício de 1999, a Companhia passou a adotar as taxas de depreciação estabelecidas pela Resolução nº 44, de 17/03/1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que se situam entre 2% a.a. e 20% a.a. (nota 11);
- De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações vinculadas à Concessão está sendo apresentado como redutor do Ativo Imobilizado;
- Em função do disposto na Instrução Contábil 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo (nota 11.c).

d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

- Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço;
- Os débitos fiscais correspondentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ativo regulatório, estão registrados no circulante;
- Os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf, são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas;
- Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados de acordo com as normas da CVM, especialmente a Deliberação nº 371/2000.

e) Patrimônio líquido

- Os lucros a realizar decorrentes do saldo credor de correção monetária apropriados à reserva até 1995, são revertidos a lucros acumulados, proporcionalmente às baixas, à depreciação e à amortização do ativo permanente;
- Os recursos destinados a aumento de capital, desde que revestidos da característica de irreversibilidade, estão registrados neste grupo.

f) Resultado

- É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no período;
- A escrituração das contas de resultado está de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução nº 444, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de 26/10/2001, com a segregação dos gastos e receitas por atividades de geração e transmissão, permitindo a apuração do resultado contábil de cada segmento;
- Em atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, as variações cambiais são totalmente reconhecidas no resultado do exercício.

g) Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado.

A Companhia vem divulgando estas demonstrações, em conformidade com as disposições do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

5 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2005	2004
<u>Aplicações no Mercado Aberto</u>					
BB-DTVM	Fundo Extra-mercado	-	99% taxa Selic	148.747	14.669
<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>					
Participações minoritárias	Ações Provisão para perdas	-	J.C.P/Dividendos	42 (11) 31	42 (11) 31
Tesouro Nacional	NTN-Série P NTN-Série P NTN-Série P	09/07/2012 09/07/2014 28/12/2015	TR + 6% a.a. TR + 6% a.a. TR + 6% a.a.	285 134 246 665	268 125 230 623
Tesouro Nacional	ELET 950716	16/07/2005	IGP-DI	- - - 196.204	196.204 (50.405) 145.799
TOTAL				696	146.453
Circulante				31	145.830
Longo Prazo				665	623

- Aplicações no Mercado Aberto

Neste grupamento estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo, junto à Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB-DTVM, nos termos da legislação específica para empresas estatais, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta.

- Títulos e Valores Mobiliários

As ações ordinárias e preferenciais representam, basicamente, participações minoritárias em empresas do Setor de Telecomunicações, estando ajustadas ao provável valor de realização e registradas no ativo circulante;

As Notas do Tesouro Nacional – Série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994, e encontram-se registradas no realizável a longo prazo;

Os Títulos Securitizados do Tesouro Nacional (ELET), provenientes dos créditos remanescentes da extinta Conta de Resultados a Compensar – CRC, foram resgatados em julho/2005, no montante líquido de R\$ 200.231 mil.

6 - CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Os créditos a receber, de curto e longo prazos, decorrentes da venda de energia e da disponibilização do sistema de transmissão, apresentam o seguinte perfil:

	A vencer	Vencidos		Total	Total	
		até 90 dias	há mais De 90 dias		2005	2004
Consumidores industriais:						
Com. de energia - Contratos	73.974	4.357	57.738	62.095	136.069	141.367
Recomp. Tarifária Extraord. (*)	87.531	-	-	-	87.531	102.944
Concessionárias:						
Com. de energia – Contratos	407.214	21.602	29.422	51.024	458.238	483.542
Comercialização na CCEE	12.583	-	-	-	12.583	8.068
Energia Livre - Ressarcimento	573.868	3.596	-	3.596	577.464	569.742
Conexão ao sist. de transmissão	4.083	420	1.333	1.753	5.836	7.088
Disp. do sistema de transmissão	98.344	784	12	796	99.140	78.322
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	5.920	-	-	-	5.920	30.735
	1.263.517	30.759	88.505	119.264	1.382.781	1.421.808
Circulante					875.718	769.459
Longo Prazo					507.063	652.349

(*) nota 31

7 - ATIVO REGULATÓRIO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP E COFINS

Em decorrência das alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, que majoraram as alíquotas do PIS/PASEP, de 0,65% para 1,65%, e da COFINS, de 3% para 7,6%, respectivamente, e considerando o direito de repasse à tarifa das diferenças destas alíquotas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e nos contratos firmados pela Companhia, foi apurado um Ativo Regulatório de PIS/PASEP e COFINS, correspondente às diferenças não repassadas. Este procedimento teve amparo nos Ofícios-Circulares nºs 2.093/2004-SFF/SRT/ANEEL, 2.306/2004-SFF/ANEEL, 190/2005-SFF/ANEEL, 302/2005-SFF/ANEEL, datados, respectivamente, de 03/12/2004, 24/12/2004, 1º/02/2005 e 25/02/2005. A seguir demonstra-se os valores totais apurados do referido Ativo Regulatório:

	Totais apurados
▪ Ativo Regulatório – PIS/PASEP (período de dez/2002 a dez/2005)	19.551
▪ Ativo Regulatório – COFINS (período de fev/2004 a dez/2005)	45.457
	65.008

A ANEEL, por intermédio da Resolução Homologatória nº 149, de 30/06/2005 e Ofício nº 160/2005-SRT/ANEEL de 28/09/2005, visando a compensar o impacto financeiro e econômico resultante da majoração das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS, aprovou parte deste Ativo Regulatório, no valor de R\$ 11.840 mil, que começou a ser realizado financeiramente a partir de julho/2005, em 12 (doze) parcelas mensais, por meio do faturamento da Receita Anual Permitida, totalizando, neste exercício, uma realização de R\$ 5.920 mil.

Desta forma, a Companhia manteve registrado no ativo circulante apenas o saldo do valor reconhecido, R\$ 5.920 mil, e continuará as tratativas com a ANEEL no intuito de receber aprovação para o restante, R\$ 53.168 mil, cujos cálculos se basearam na legislação fiscal vigente.

8 - CRÉDITOS FISCAIS

▪ Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social

A Companhia mantém reconhecidos contabilmente em seu ativo circulante e realizável a longo prazo, nos termos da Deliberação CVM nº 273, de 20/08/1998, créditos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, no valor de R\$ 189.001 mil, resultantes de diferenças temporárias e de base negativa da contribuição social, estando distribuídos da seguinte forma:

	2005	2004
Diferenças temporárias		
. Portaria DNAEE nº 250/1985 - efeito credor em 1994	109.876	115.342
. Provisões para contingências	147.558	123.836
. Provisões para ajuste ao valor de mercado (títulos)	11	50.416
. Outras provisões	421	442
	257.866	290.036
Base negativa da contribuição social	1.235.728	1.470.262
	1.493.594	1.760.298
Créditos Fiscais		
. Imposto de renda sobre diferenças temporárias	64.466	72.509
. Contribuição social sobre provisões temporárias	13.319	-
. Contribuição social sobre base negativa	111.216	132.324
	189.001	204.833
Circulante	14.371	15.176
Longo prazo	174.630	189.657

Tais efeitos tributários contemplam a aplicação da alíquota de 9%, para a contribuição social, e alíquota adicional de 10%, além da alíquota de 15% sobre a base de cálculo do imposto de renda, em conformidade com a Lei no 9.430, de 30/12/1996.

Em 2005, a Companhia constituiu crédito fiscal de contribuição social sobre diferenças temporárias, no valor de R\$ 13.319 mil.

Os créditos fiscais correspondentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre a base negativa tiveram, neste exercício, utilizações no total de R\$ 21.108 mil. Resta ser utilizado o montante de R\$ 111.216 mil - R\$ 12.900 mil, no circulante, e R\$ 98.316 mil, no realizável a longo prazo - sobre uma base de cálculo negativa de R\$ 1.235.728 mil.

O Estudo Técnico elaborado pela Administração, em 31/12/2005, apresentou a seguinte previsão de realização:

	R\$ milhões					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Contribuição Social sobre base negativa	12,9	18,1	23,3	22,9	22,8	11,2

Os créditos fiscais, relativos a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias – provisões para contingências, provisões para ajuste a valor de mercado e efeitos inflacionários registrados no Imobilizado -, no valor de R\$ 77.785 mil, serão realizados de acordo com o desfecho das ações judiciais, com a realização financeira dos títulos e valores mobiliários e com a realização do ativo imobilizado, respectivamente.

Estas estimativas são periodicamente revisadas, de modo a refletirem, nas Demonstrações Contábeis, eventuais alterações na realização desses valores.

▪ PIS/PASEP E COFINS

O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS dando novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados, entretanto, de acordo com afirmação do ministro Carlos Veloso à imprensa, os processos em trâmite no Supremo sobre o mesmo assunto terão o mesmo fim dos que foram julgados no Plenário e não precisarão ser analisados pelo colegiado, podendo ser decididos pelo próprio relator.

Com base no Código Tributário Nacional – CTN, a Companhia ingressou, em junho/2005, junto à Secretaria da Receita Federal, com recurso administrativo com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sem registro de pronunciamento/julgamento até o encerramento destas demonstrações contábeis.

A Companhia possui crédito fiscal potencial de PIS/PASEP, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de COFINS, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, que, atualizados até final deste exercício correspondem, respectivamente, a R\$ 15.443 mil e R\$ 106.142 mil, no total de R\$ 121.585 mil. Considerando este novo cenário, estão sendo analisadas as possibilidades e procedimentos a serem adotados quanto ao ingresso de processo judicial que viabilize o reconhecimento deste crédito pela autoridade tributária.

9 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	2005	2004 (Reclassificado)
Financiamentos a terceiros	3.189	1.441
Serviço em curso	81.827	53.460
Alienações em curso	2.879	2.499
Desativações em curso	3.598	2.518
Lightpar	14.693	15.170
Lightpar (provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(13.237)	-
Outros	10.768	12.841
	103.717	87.929

10 - INVESTIMENTOS

Composição:

	2005	2004
1. Participações societárias		
Coligadas		
• STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	93.100	49.033
Outras participações	490	490
2. Outros Investimentos	2.316	2.316
Total	95.906	51.839

Investimento na STN

Em conformidade com a política do Governo Federal de atrair capitais privados, com o objetivo de incrementar os investimentos no Setor Elétrico, e na forma estabelecida pela Lei nº 10.438/2002, o Consórcio AC Transmissão, formado pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, participou do leilão nº 001/2003-ANEEL para a outorga de concessão de linhas de transmissão, vencendo o lote C, correspondente a uma linha de transmissão de 541 km, em 500 kV, no trecho Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com uma proposta de receita anual de R\$ 77,9 milhões.

A Companhia e a Alusa, neste sentido, constituíram a empresa STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. para construir e operar a referida linha de transmissão, cabendo à Alusa 51% e à Chesf 49%, na participação acionária da STN.

O empreendimento foi concluído em dezembro/2005, tendo a sua operação comercial antecipada de 18/02/2006 para 1º/01/2006, conforme Resolução Autorizativa nº 380, de 19/12/2005, da ANEEL.

Ainda no âmbito desta parceria, a Chesf foi contratada pela STN para o gerenciamento técnico da construção e a operação e manutenção da referida linha de transmissão, tendo auferido, no exercício, receita pela prestação desses serviços no montante de R\$ 6.490 mil.

Em 31/12/2005, a STN apresentava um Ativo Total de R\$ 496.509 mil e um Patrimônio Líquido de R\$ 190.000 mil.

11 - IMOBILIZADO

a) Imobilizado segregado por natureza e atividade

	2005	2004
Em Serviço	14.506.175	14.486.703
Em Curso	1.977.599	2.056.691
	16.483.774	16.543.394
Obrigações vinculadas à Concessão	(155.146)	(155.146)
	16.328.628	16.388.248

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2005			2004
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	2,30	16.588.996	(5.955.007)	10.633.989	10.888.392
Transmissão	3,19	6.372.790	(2.782.795)	3.589.995	3.298.876
Administração	5,23	649.358	(367.167)	282.191	299.435
		23.611.144	(9.104.969)	14.506.175	14.486.703
Em curso					
Geração		370.609	-	370.609	282.851
Transmissão		1.347.391	-	1.347.391	1.564.324
Administração		259.599	-	259.599	209.516
		1.977.599	-	1.977.599	2.056.691
		25.588.743	(9.104.969)	16.483.774	16.543.394

b) Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 44, de 17/03/1999, para cada bem ou instalação, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, na forma das instruções contidas na Portaria DNAEE nº 815, de 30/11/1994.

As principais taxas anuais de depreciação, por macroatividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de comando	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,6
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbogerador	4,0
Transmissão	
Banco de capacitores	5,0
Barramento	3,3
Chave	4,0
Disjuntor	4,0
Estrutura de suporte	3,6
Estrutura de acesso	4,0
Estrutura em LT	3,3
Painel de comando	3,6
Reator	3,8
Sistema de aterramento	3,3
Transformador de força	3,3
Transformador de medida	4,0
Administração central	
Equipamentos gerais	10,0
Veículos	20,0

c) Encargos financeiros e efeitos inflacionários

De acordo com o item 4 da Instrução Contábil nº 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, e com a Deliberação CVM nº 193, de 11/07/1996, parte dos encargos financeiros e efeitos inflacionários foram transferidos para o ativo imobilizado em curso, conforme demonstrado a seguir:

	2005	2004 (Reclassificado)		
	Geração	Transmissão	Total	Total
Encargos financeiros totais	584.316	111.759	696.075	747.235
(-)Transferência para o imobilizado em curso	(2.990)	(19.268)	(22.258)	(30.706)
Efeito líquido no resultado	581.326	92.491	673.817	716.529
Efeitos inflacionários totais	(92.513)	(25.556)	(118.069)	43.457
(-)Transferência para o imobilizado em curso	375	8.347	8.722	(359)
Efeito líquido no resultado	(92.138)	(17.209)	(109.347)	43.098

d) Obrigações vinculadas à Concessão

Representam os valores recebidos da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. O prazo para a quitação dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador, cujo vencimento ocorrerá no final da Concessão.

A partir de 01 de janeiro de 1996, essas obrigações deixaram de ser atualizadas pelos efeitos da inflação, atendendo disposições legais.

Composição:

	2005	2004
Participação da União	108.052	108.052
Amortização	20.269	20.269
Contribuições de consumidores	6.048	6.048
Doações e subvenções destinadas a investimentos	1.330	1.330
Outras	19.447	19.447
	155.146	155.146

A participação da União refere-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e transmissão de energia elétrica.

O saldo de amortização é proveniente da “Reserva para Amortização” constituída até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957, que foi aplicado, até aquela data, na expansão do serviço público de energia elétrica.

As contribuições de consumidores referem-se a recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, as contas registradas neste grupamento não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, desta forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na Concessão. A Companhia não identifica, em suas operações, bens de valores relevantes considerados inservíveis.

12 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia possuía contrato de arrendamento mercantil, no valor de R\$ 3.925 mil, firmado em 04/07/2002, e aditivo de R\$ 1.461 mil, de 07/10/2004, para arrendamento de um helicóptero, com opção de compra pelo valor residual no término do prazo contratual. A liquidação estava prevista mediante a quitação de 36 (trinta e seis) prestações, calculadas com base no fator de 0,02815 sobre o valor contratado, corrigido pela variação das taxas médias dos CDI – Certificados de Depósitos Interbancários, divulgadas pela CETIP. Este contrato foi liquidado no mês de junho de 2005, com o pagamento de

prestações, neste exercício, no montante de R\$ 1.336 mil, tendo o bem sido incorporado ao patrimônio da Companhia pelo seu valor residual.

13 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	2005	2004 (Reclassificado)
Circulante		
Materiais e serviços	158.807	158.527
Energia elétrica:		
EletroNorte	4.903	8.763
Furnas	5.374	8.838
Ressarcimento de energia livre - <small>nota 31</small>	20.436	22.715
Outros	2.801	1.757
Encargos de uso da rede elétrica:		
EletroNorte	4.249	2.308
Eletrosul	3.833	1.798
Furnas	9.919	4.604
CTEEP – Cia. de Transmissão	6.450	2.785
Cemig	2.544	1.157
TSN – Transmissão Sudeste	2.051	980
Outros	14.477	4.652
	235.844	218.884
Exigível a Longo Prazo		
Ressarcimento de energia livre - <small>nota 31</small>	15.950	31.314
Total	251.794	250.198

14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas nacional e estrangeiras, são as seguintes:

a) Composição:

	Circulante		Longo Prazo		Total	Total
	Principal	Encargos	Principal		2005	2004
Moeda Estrangeira						
Eletrobrás	46.946	-	304.994		351.940	451.186
Instituições financeiras	47.752	1.119	143.254		192.125	313.915
	94.698	1.119	448.248		544.065	765.101
Moeda Nacional						
Eletrobrás	371.568	105.021	3.860.963		4.337.552	4.487.139
BNDES	128.413	2.669	187.079		318.161	424.522
Outras	677	5	454		1.136	1.942
	500.658	107.695	4.048.496		4.656.849	4.913.603
Total	595.356	108.814	4.496.744		5.200.914	5.678.704

b) A dívida com instituições financeiras, em moeda estrangeira, está garantida por avais do Governo Federal; o empréstimo com o BNDES é garantido pelo faturamento da Companhia. Para cerca de

R\$ 4.063.402 mil dos empréstimos obtidos da Eletrobrás não foram solicitadas garantias. Entretanto, a critério do credor, poderão ser exigidas, ficando a Companhia obrigada a oferecê-las sob pena de vencimento antecipado da dívida.

Os financiamentos provenientes da Controladora, a Eletrobrás, têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações as obras das Usinas Hidrelétricas Itaparica e Xingó e os seus Sistemas de Transmissão.

- c) Os principais indexadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos, tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

<u>Indexador</u>	Variação anual (%)	
	2005	2004
US\$	-11,82	-8,13
Eur	-23,50	-0,86
IGP-M	1,21	12,42
SELIC	19,05	16,24

- d) Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

<u>Moeda (equivalente em R\$)/Indexador</u>	2005		2004	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Moeda Estrangeira				
US\$	351.940	6,77	451.186	7,94
Eur	192.125	3,69	313.915	5,53
	544.065	10,46	765.101	13,47
Moeda Nacional				
Sem atualização (*)	3.627.496	69,75	3.703.041	65,21
IGP-M	710.056	13,65	784.098	13,81
SELIC	318.161	6,12	424.522	7,48
Outras	1.136	0,02	1.942	0,03
	4.656.849	89,54	4.913.603	86,53
	5.200.914	100,00	5.678.704	100,00

(*) Do total contratado com a Eletrobrás, R\$ 3.627.496 mil são provenientes de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para reinvestimento no próprio Setor. Deste total, R\$ 3.619.523 mil (99,78%) estão contratados com juros de 10% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., e R\$ 7.973 mil (0,22%), com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a.. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei.

- e) O valor principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, no montante de R\$ 4.496.744 mil, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda nacional	Moeda estrangeira	2005	2004
2006	-	-	-	525.352
2007	497.007	96.578	593.585	553.803
2008	399.909	98.544	498.453	587.028
2009	395.419	100.602	496.021	537.303
2010	374.007	48.553	422.560	427.085
2011	329.635	50.807	380.442	384.109
2012	364.134	53.164	417.298	420.043
Após 2012	1.688.385	-	1.688.385	1.687.017
Total	4.048.496	448.248	4.496.744	5.121.740

f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às seguintes taxas de juros:

	Mercado Interno (% a.a.)	Mercado Externo (% a.a.)
Taxas Fixas		
2005	5,00 a 10,00	-
2004	5,00 a 10,00	-
Taxas Variáveis		
2005	18,05	4,55 a 7,55
2004	17,75	2,71 a 7,54

g) Mutação dos Empréstimos e Financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Em 31 de dezembro de 2003	548.814	4.824.059	124.699	804.980
Ingressos	-	1.929	-	-
Encargos	643.822	-	48.153	-
Variações monetária e cambial	5.834	78.335	(4.903)	(35.839)
Transferências	429.073	(429.073)	122.651	(122.651)
Pagamentos de principal e encargos	(1.189.190)	-	(171.989)	-
Em 31 de dezembro de 2004	438.353	4.475.250	118.611	646.490
Ingressos	230.000	1.806	-	-
Encargos	602.307	-	40.826	-
Variações monetária e cambial	196	8.407	(22.080)	(104.592)
Transferências	436.967	(436.967)	93.650	(93.650)
Pagamentos de principal e encargos	(1.099.470)	-	(135.190)	-
Em 31 de dezembro de 2005	608.353	4.048.496	95.817	448.248

15 - DÉBITOS FISCAIS

- Imposto de renda diferido sobre o lucro inflacionário a realizar

Os débitos fiscais decorrentes de lucros inflacionários de exercícios anteriores, às alíquotas de 6% e 25%, tiveram realização concluída neste exercício, no montante de R\$ 36.267 mil.

- Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos sobre o ativo regulatório

Em decorrência do registro do ativo regulatório (nota 7), já aprovado, com saldo a realizar no valor de R\$ 5.920 mil, a Companhia possui provisões para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, no passivo circulante, com a seguinte constituição:

	2005	2004
. Imposto de renda	1.480	7.684
. Contribuição social	533	2.766
	2.013	10.450

A realização desses débitos fiscais ocorrerá de acordo com a realização do ativo regulatório.

16 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Em 31/12/2005 a Companhia apresenta no seu passivo circulante e no exigível a longo prazo, tributos e contribuições a pagar, assim distribuídos:

	2005		2004	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
COFINS	15.982	-	59.427	-
ICMS	8.922	-	8.535	-
ICMS diferido	-	58.121	-	52.645
INSS	9.500	-	11.751	-
PASEP	3.469	-	12.897	-
IRRF	6.051	-	20.248	-
IRPJ	-	-	3.739	-
FGTS	7.137	-	6.952	-
Outros	6.762	-	6.268	-
	57.823	58.121	129.817	52.645

17 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	2005	2004
Taxas Regulamentares		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	30.452	24.178
Reserva Global de Reversão – RGR	9.097	8.007
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	15.345	5.911
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.396	1.251
Encargo de Capacidade Emergencial	2.809	3.409
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.385	958
PROINFA	2.189	-
	63.673	43.714
Outros		
Entidade de previdência privada	2.375	2.530
Outros credores - Fachesf	7.645	-
Convênio Codevasf	4.000	-
Aquisição de imóveis - acampamento	3.437	3.136
Outros	12.854	10.188
	30.311	15.854
Total	93.984	59.568

18 – CONTINGÊNCIAS

Contingências	2005			2004		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
Circulante						
Trabalhistas	13.865	66.230	25.103	50.260	57.632	23.263
Cíveis	30.983	27.480	25.462	28.874	23.263	8.243
Tributárias	452	197	-	1	2.527	-
Total	45.300	93.907	50.565	79.135	83.422	31.506
Exigível a L. Prazo						
Cíveis	17.109	252.978	-	13.702	235.869	-

A Chesf, em atendimento ao disposto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001, adota o procedimento de classificar as causas intentadas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a empresa seja considerado como **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a empresa seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a empresa seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da administração da empresa, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Apresentamos, a seguir, comentários sobre as provisões constituídas:

- a) As contingências da área trabalhista são compostas, na sua maioria, de ações relativas a periculosidade, horas extras, de cálculo de multa do FGTS, em face de Planos Econômicos, e de verbas rescisórias decorrentes de empresas terceirizadas.

Destacam-se as seguintes ações, com risco de perda **provável**:

- Está em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Bahia, ação proposta pelo Sindicato dos Eletricitários da Bahia, requerendo o pagamento aos empregados da Gerência Regional de Paulo Afonso – GRP, Paulo Afonso – BA, de diferença de salário consequente da incidência do Adicional do Decreto-Lei nº 1971 – ADL e do Anuênio sobre o Adicional de Periculosidade, no valor estimado de R\$ 21 milhões. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento em Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, que foi improvido. O processo transitou em julgado, sendo a Chesf condenada. Foi iniciada a fase de execução e o processo encontra-se na contadaria visando à liquidação.
- Ação proposta na 8ª Vara Trabalhista de Fortaleza/CE, pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará – SINDELETRO, pretende o resarcimento de perdas sofridas pelos empregados da Gerência Regional Norte – GRN (Ceará e Rio Grande do Norte), decorrente da retirada do transporte coletivo, com valor estimado de R\$ 6 milhões. O requerimento de restabelecimento do serviço de transporte foi deferido em execução parcial, que a Companhia vem atendendo. O Sindicato Autor requereu a complementação do transporte e a condenação da Companhia em multa diária, tendo a Chesf contestado a alegação. A Juíza do Trabalho, após audiência realizada em 23/08/2005 para a ouvida dos substituídos e apresentação de razões finais pela Chesf, em audiência modificou o entendimento anterior, determinando o restabelecimento dos serviços de transporte apenas nos limites em que eram prestados anteriormente. Ainda na mesma decisão foram definidos os parâmetros para a liquidação da sentença, de forma que o crédito trabalhista fosse reduzido para R\$ 1.344.170,00. A execução está sendo processada no Juízo Trabalhista de 1ª Instância na cidade de Fortaleza – CE.

- b) As Cíveis de maior peso são reclamações de caráter indenizatório, desapropriações e de fornecedores, cabendo destacar a seguinte:

A Companhia é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, no valor de aproximadamente R\$ 350 milhões.

A reconvenção apresentada pelas réis foi julgada procedente, no Tribunal de Primeira Instância. A Companhia apresentou Recursos de Apelação que, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União de 08/07/1998, foi recebido, estando a sentença do Juiz de Primeira Instância suspensa. Por outro lado, o Tribunal Regional Federal – TRF – 5ª Região remeteu para o Superior Tribunal de Justiça – STJ Recurso Especial relativo ao deslocamento de competência para a Justiça Federal, função da assistência da União à Chesf. Numa primeira decisão, o STJ não reconheceu o recurso.

A Chesf apresentou embargos, os quais foram negados em dezembro/1999. A decisão transitou em julgado definindo-se, assim, a competência estadual.

Em novembro/1998, as réis apresentaram pedido de execução provisória da tutela antecipada, no valor de R\$ 245 milhões, estando o processo suspenso por determinação do Juiz da 12ª Vara Cível, atendendo a solicitação da Companhia e por força de liminares concedidas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, em agravos de instrumento interpostos pela Companhia.

A Apelação interposta pela Companhia contra a decisão do Juiz da 12ª Vara Cível, que julgou improcedente a ação declaratória movida pela Companhia e julgou procedente a reconvenção apresentada pelas réis, foi remetida ao Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE e distribuído à 2ª Câmara Cível, onde foi julgada em 20/11/2001, não obtendo provimento.

Por outro lado, em sessão realizada no dia 13/11/2001, a 2ª Câmara Cível do TJPE negou provimento a Agravo de Instrumento da Chesf, mantendo a sentença do Juiz de 1ª Instância quanto à concessão de Tutela Antecipada em favor do Consórcio, sendo que esta Tutela está suspensa por Liminar concedida pelo Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24/06/2002, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade da obtenção, pelo Consórcio, da tutela antecipada.

Acórdão referente à Apelação julgada pela 2ª Câmara Cível do TJPE foi publicado em 17/04/2002, havendo a Chesf interposto Embargo de Declaração para esclarecimento de determinado ponto de sua Apelação que foi omitido na decisão da 2ª Câmara Cível. Esses embargos foram julgados e denegados pela 2ª Câmara Cível. Os patronos da Chesf interpuseram, em seguida, recurso especial e recurso extraordinário contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível na aludida apelação. Em 31/03/2004 os recursos especiais ajuizados pela Chesf haviam sido admitidos pelo TJPE e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os recursos extraordinários também interpostos pela Chesf não foram admitidos, razão pela qual esta Companhia apresentou, contra essa negativa, os competentes agravos de instrumento, os quais ainda não foram julgados. Em 30/06/2005 os referidos recursos se encontravam *sub judice* junto aos Tribunais Superiores. Em 30/09/2005, estavam em andamento os trabalhos de perícia, determinados pelo juiz que preside o feito, com a finalidade de apurar o real valor da causa, haja vista medida de execução provisória da sentença, proposta pelo Consórcio. Em 31/12/2005 os trabalhos periciais já se encontravam concluídos e os autos conclusos para o Juiz.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou provisão, no Exigível a Longo Prazo, no valor de R\$ 252.978 mil, para eventuais perdas decorrentes deste assunto. Inexiste previsão de tempo para o desfecho da lide.

- c) Na área Tributária há questões envolvendo, basicamente, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação.

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando necessários.

A Companhia possui outras ações, não provisionadas, com risco de perda **possível**, conforme distribuição a seguir:

Contingências	2005	2004
Trabalhistas	22.833	16.624
Cíveis e fiscais	146.670	84.182
Total	169.503	100.806

Dentre essas cabe destacar 02(duas) ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó. Uma, impetrada em 08/06/1999, para as faturas emitidas a partir de 30 de abril de 1990 e outra, impetrada em 31/05/2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedido genérico, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo para a liquidação da sentença a apuração dos valores.

A Companhia contestou as ações e pediu que a União Federal fosse admitida nos feitos, com a remessa dos processos a uma das varas da Justiça Federal em Pernambuco. O consórcio apresentou petição falando sobre o pedido de admissão da União no feito.

Após a apresentação da perícia e esclarecimentos adicionais, foi realizada audiência em agosto de 2005, determinando-se a apresentação de razões finais até o dia 17/10/2005. Atualmente os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para prolatação da sentença.

Há também 02(duas) ações cíveis públicas propostas contra a Chesf pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R\$ 100 milhões, cada; a primeira perante a 2ª Vara Federal em Sergipe (processo nº 20028500002809-6) e a outra perante o Juízo de Direito da Comarca de Brejo Grande, Sergipe (processo nº 200338500000420-5), tendo por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, a jusante da UHE Xingó, e provocados pela construção desta Usina.

A primeira ação foi proposta na Justiça Federal, em 27/06/2002, e contestada no prazo legal. Após uma seqüência de incidentes processuais, que não afetaram a causa nem o pedido, o juiz da causa determinou, em 31/08/2005, a inclusão do IBAMA, IMA/AL, CRA/BA, União Federal e ADEMA/SE no pôlo passivo da ação, ordenando a citação dessas entidades.

Em 30/09/2005 aguardava-se o cumprimento dos mandados de citação. Em 31/12/2005 os autos se encontravam conclusos para o Juiz, após a juntada da procuração dos novos patronos da Chesf.

A segunda ação foi proposta na Comarca de Brejo Grande – SE, em 10 de janeiro de 2003, sendo que a citação da Chesf só se conformou em 26 de março de 2004. A ação foi contestada em tempo hábil. Em 30 de setembro de 2005 a ação permanecia sem andamento. Em 31/12/2005 os autos se encontravam conclusos para o Juiz, após a juntada da procuração dos novos patronos da Chesf.

Conforme avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa de perda dessas ações é **possível**, quanto ao insucesso da defesa, mas não quanto aos valores dos pedidos.

- d) Apesar de ser considerada pelos consultores jurídicos da Companhia, como de risco de perda **remoto**, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela empresa Mendes Júnior, contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando resarcimento financeiro. Nesta ação de cobrança cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma

espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento a decisões do Tribunal de Justiça de Pernambuco e Superior Tribunal de Justiça, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas, e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teria sido superior ao total de acréscimos pagos pela Chesf, com esses atrasos.

Nesse sentido, por determinação do Juízo Federal da 12ª Vara, em Pernambuco, está em andamento perícia contábil, em que, respondendo quesito da Chesf, o Perito Judicial declarou “não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica”.

Entregue o laudo pericial, em juízo, as partes apresentaram pedidos de esclarecimentos ao Perito, que ainda não foram objeto de análise pelo Juízo da 12ª Vara Federal. Os autos foram ainda encaminhados ao Ministério Público Federal que declarou estar concluindo manifestação sobre a ação, a ser entregue ao Juízo.

Considerando a anulação de todos os atos desenvolvidos na esfera da Justiça Estadual, e as rígidas determinações do MM. Juiz Federal com relação à nova perícia, exigindo a completa identificação dos recursos próprios ou captados pela Mendes Júnior, e a comprovação de sua efetiva aplicação nas obras de Itaparica, não é possível estimar valor para o litígio, nem mesmo em caráter de expectativa. Considerando que, até o momento, o Sr. Perito do Juízo não conseguiu comprovar a existência de qualquer crédito em favor da autora, mesmo após ter tido acesso à contabilidade desta, como também da ré, a Consultoria Jurídica da Chesf corrobora a posição dos patronos da Companhia, no sentido de que, presentemente, os riscos de perda são **remotos**.

Em 30/06/2005, os autos do processo se encontravam conclusos para o MM. Juízo, para providências cartorárias e aguardo da manifestação do Ministério Público Federal. Em 30 de setembro de 2005 o perito do juízo havia entregado o Laudo Complementar, com o qual respondeu questões argüidas pelas partes, mas sem acrescentar nada de novo quanto às suas opiniões anteriores. Em 31/12/2005 os autos se encontravam com vistas para o Ministério Público Federal, para emissão do competente parecer.

19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

• Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 1.278.585 mil, é constituído por ações sem valor nominal, com a seguinte distribuição:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobrás	40.478	100,000	1.002	81,351	41.480	99,449
Sudene	-	-	194	15,718	194	0,464
Finor	-	-	17	1,362	17	0,040
Outros	-	-	19	1,569	19	0,047
	40.478	100,000	1.232	100,000	41.710	100,000

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica, nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

• Reservas de Capital

	2005	2004
Ágio na emissão de ações	769.028	769.028
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	1.691.475	1.691.475
Correção monetária do ativo imobilizado	196.343	196.343
	7.416.199	7.416.199

• Reservas de Lucros

	2005	2004
Legal	209.715	172.395
Estatutárias	8.179	8.179
Lucros a realizar	550.538	572.850
Retenção de lucros	1.478.412	1.097.015
	2.246.844	1.850.439

A Reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com a legislação societária, limitada a 20% do capital social;

A Reserva de lucros a realizar é decorrente do saldo credor da correção monetária de exercícios anteriores até 1995 – é revertida para a conta de lucros acumulados, com base no percentual de realização do ativo imobilizado, integrando a base de cálculo da remuneração aos acionistas;

A Reserva de retenção de lucros é constituída de parcelas do lucro líquido, tendo por finalidade integrar as fontes de recursos para a aplicação em projetos de investimentos da Companhia, tendo sido destinado a esta Reserva, no exercício, o montante de R\$ 381.397 mil.

20 - REMUNERAÇÕES AOS ACIONISTAS

Em conformidade com a Lei Societária e o Estatuto Social da Companhia, está sendo proposta, para o exercício, a seguinte distribuição:

	2005	2004
Lucro líquido do exercício	746.405	836.783
Constituição de Reserva legal	(37.320)	(41.839)
Realização da Reserva de lucros a realizar	22.312	21.807
Base de cálculo da remuneração	731.397	816.751
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	182.849	204.188
	350.000	254.167
Remuneração proposta:		
Juros sobre o capital próprio		
- R\$ 5,51 por ação preferencial (R\$ 6,09, em 2004)	6.794	7.508
- R\$ 5,51 por ação ordinária (R\$ 6,09, em 2004)	223.206	246.659
	230.000	254.167
Dividendos		
- R\$ 2,88 por ação preferencial	3.545	-
- R\$ 2,88 por ação ordinária	116.455	-
	120.000	-

Considerando que no exercício de 2005 foram propostas remunerações aos acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio, sujeita à retenção de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, a remuneração líquida aos acionistas para o exercício de 2005 corresponde ao montante de R\$ 315.678 mil.

21 - FORNECIMENTO/SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A receita da Companhia é, substancialmente, proveniente da venda de energia elétrica e da disponibilização do seu Sistema de Transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, pelas transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e por contratos do Sistema de Transmissão.

Sua composição é a seguinte:

	2005			2004		
	Nº de Clientes	GWh	R\$ mil	Nº de Clientes	GWh	R\$ mil
Fornecimento industrial	26	8.301	664.702	22	8.112	673.007
Suprimento de energia (*)	51	41.610	2.294.733	27	40.724	2.408.298
Disp. do sist. de transmissão	134	-	976.122	118	-	789.873
Total		49.911	3.935.557		48.836	3.871.178

(*) Inclui operações de curto prazo (CCEE) no valor de R\$ 26.385 mil (R\$ 124.122 mil, em 2004).

22 - ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

Visando a garantir o cumprimento dos contratos de venda com os seus clientes, a Companhia contratou a compra de energia elétrica nos montantes a seguir demonstrados:

Fornecedor	2005		2004	
	GWh	R\$ mil	GWh	R\$ mil
Eletronorte	703	41.086	1.410	73.600
Furnas	650	41.640	1.304	76.174
CCEE (curto prazo)	-	5.802	-	3.367
Outros	-	4	-	13.937
Total		88.532		167.078

23 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na demonstração do resultado do exercício, têm a seguinte composição:

Custos e Despesas Operacionais	2005			2004	
	Custos de operação	Custos do serv. prest. a terceiros	Despesas operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	88.532	-	-	88.532	167.078
Encargos de uso da rede elétrica	367.334	-	-	367.334	155.672
Pessoal	123.009	91	252.774	375.874	327.231
Material	9.000	164	20.363	29.527	21.724
Combustíveis para a produção de energia	10.504	-	-	10.504	11.884
Serviço de terceiros	54.354	75	78.876	133.305	99.106
Conta de Cons. de Combustíveis – CCC	(5.911)	-	-	(5.911)	77.800
Conta de Desenv. Energético – CDE	(958)	-	-	(958)	11.491
Depreciação e amortização	514.989	-	31.823	546.812	529.193
Compensação financeira pela utilização de recursos hidrícos	175.566	-	-	175.566	130.790
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico	14.830	-	-	14.830	14.106
Arrendamentos e Aluguéis	4.289	-	24.265	28.554	15.051
Provisões para contingências	-	-	43.151	43.151	73.934
Tributos	175	302	3.490	3.967	9.515
Outros	36.124	-	2.274	38.398	36.567
Total	1.391.837	632	457.016	1.849.485	1.681.142

24 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DAS PROVISÕES PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, é demonstrada a seguir:

Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social
Encargo total do Imposto de renda e da Contribuição social calculado às alíquotas de 15%, mais adicional, e 9%, respectivamente.

Efeitos fiscais sobre:

Adições ou exclusões permanentes
Exclusões temporárias
Imposto de renda e Contribuição social do exercício

		2005
Contribuição Social	Imposto de Renda	
805.192	805.192	
72.468	201.274	
(1.937)	(8.811)	
(15.723)	-	
	54.808	192.463

25 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

Em decorrência de Acordo Coletivo de Trabalho e observadas as disposições legais, a Companhia contabilizou o montante de R\$ 43.476 mil destinado à participação dos empregados nos lucros ou resultados do exercício, a ser submetida à Assembléia Geral Ordinária – AGO. O valor de R\$ 41.516 mil, apresentado na demonstração do resultado, considera a redução de R\$ 1.960 mil, correspondente à parcela do exercício de 2004, não-realizada.

26 - PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingido o percentual de 97,1%.

A partir dos resultados da avaliação atuarial realizada na data-base de 31/12/2005, os compromissos assumidos pela Companhia foram revistos e atualizados e, calculados conforme a Deliberação CVM nº 371/2000, deram origem a um passivo atuarial total de R\$ 768.498 mil.

Desde a implantação dos princípios contábeis da Deliberação CVM nº 371/2000, os planos patrocinados pela Companhia junto à Fachesf acumularam perdas decorrentes da diferença entre as hipóteses e o realizado - ajustes por diferimentos permitidos – que, com base no relatório do atuário independente na data-base de 31/12/2005, montavam a R\$ 106.456 mil. O reconhecimento das referidas perdas, nos termos dos itens 53 e 54 da citada Deliberação, está sendo procedido pelo serviço médio dos participantes dos Planos que, de acordo com o citado relatório do atuário, ocorrerá no prazo de até 9,5 anos.

Nos termos da legislação aplicável, a Secretaria da Previdência Complementar - SPC determina que sejam firmados contratos entre as patrocinadoras e as entidades de Previdência Complementar, visando à

cobertura atuarial completa dos planos de benefícios complementares aos da Previdência Oficial. Os compromissos atuariais contratados com a Fachesf até 31/12/2005 somam R\$ 898.007 mil.

Considerando que o saldo dos contratos celebrados com a Fachesf, no valor de R\$ 898.007 mil, superava o valor do passivo atuarial calculado conforme as disposições da Deliberação CVM nº 371/2000, a Companhia, visando a adequar seus registros contábeis ao passivo atuarial líquido, no valor de R\$ 768.498 mil, valor este determinado através da avaliação atuarial efetuada na data-base de 31/12/2005, registrou a parcela excedente, no valor de R\$ 129.509 mil, como redutor do passivo atuarial, no exigível a longo prazo, a título de diferimento, nos termos da referida Deliberação, ficando esta parcela sujeita a revisões anuais.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma das alíneas aplicáveis do item 81, da Deliberação CVM nº 371/2000, na data-base de 31/12/2005.

Características Básicas do Plano de Benefícios

A Fachesf administra, em favor dos empregados da Chesf, 03 (três) Planos de Aposentadoria: o Plano de Benefícios, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano Saldado de Benefícios.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários e encontra-se fechado a novas inscrições.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante, no futuro. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram por se transferir do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Saldado de Benefícios o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida. O Plano Saldado, a partir do encerramento do período de migração, é também um plano fechado a novas inscrições.

1. Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que excede ao maior valor entre 10% do Valor Presente da Obrigaçāo Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, amortizado pelo serviço futuro médio dos participantes do plano, conforme item 53 do Pronunciamento do IBRACON sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

2. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço de 31/12/2005

2.1. Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	2.605.190
2.2. Valor presente das obrigações atuariais a descoberto (Planos sem Ativos Financeiros)	-
2.3. Valor presente das obrigações atuariais (2.1+2.2)	2.605.190
2.4. Valor justo dos ativos do plano	(1.730.236)
2.5. Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos (2.3 + 2.4)	874.954
2.6. Ajustes por diferimentos permitidos:	
a) (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	106.456
b) Custo do serviço passado não reconhecido	-

c) Aumento do (ativo) / passivo na adoção deste pronunciamento não reconhecido	-
d) Total (a + b + c)	106.456
2.7. Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado (2.5-2.6d)	768.498
3. Prazos para Reconhecimento a partir de 31/12/2005 (em anos)	
3.1. Ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos	9,5
3.2. Custo do serviço passado não reconhecido	N/A
3.3. Aumento do passivo na adoção deste pronunciamento não reconhecido	N/A
4. Movimentação do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido	
4.1. Passivo / (ativo) atuarial líquido no início do ano	869.847
4.2. Despesa (receita) reconhecida na demonstração do resultado do ano anterior	131.196
4.3. Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	232.545
4.4. Impacto decorrente de redução no plano de benefício	-
4.5. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefício	-
4.6. Passivo / (ativo) atuarial líquido no final do ano (4.1 + 4.2 - 4.3 + 4.4 + 4.5)	768.498
5. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos	
5.1. Valor justo dos ativos no início do ano	1.405.130
5.2. Benefícios pagos no ano	171.088
5.3. Contribuições de participante vertidas no ano	18.358
5.4. Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	248.286
5.5. Rendimento efetivo dos ativos no ano (5.6-(5.1-5.2+5.3+5.4))	229.550
5.6. Valor justo dos ativos no final do ano	1.730.236
6. Reconciliação do Valor Presente das Obrigações	
6.1. Valor das obrigações no início do ano	2.512.122
6.2. Custo do serviço corrente bruto (com juros)	995
6.3. Contribuições Normais do Participante e da Patrocinadora para aposentadorias	33.525
6.4. Juros sobre obrigação atuarial	300.058
6.5. Benefícios pagos no ano	171.088
6.6. Obrigações - (G)/P (6.7 - (6.1+6.2+6.3+6.4-6.5))	(70.422)
6.7. Valor das obrigações calculadas no final do ano	2.605.190
7. Cálculo dos (Ganhos) / Perdas	
7.1. Valor (ganho) / perda no início do ano	237.145
7.2. Amortização no ano	4.779
7.3. (Ganho) / perda nas obrigações atuariais	(70.422)
7.4. (Ganho) / perda nos ativos do plano	(55.406)
7.5. (Ganho) / perda na contribuição do empregado	(82)
7.6. Impacto decorrente de redução no plano de benefício	-
7.7. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefício	-

7.8. (Ganho) / perda no final do ano	106.456
7.9. Cálculo do corredor (10% do maior entre o patrimônio e o valor da obrigação)	260.519
7.10. Parcela a amortizar (max 0; 7.8 -7.9)	-
7.11. Valor da amortização (7.10 / 3.1)	-

8. Rendimento Esperado dos Ativos para o Próximo Ano

8.1. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2005	1.730.236
8.2. Contribuições esperadas de participante para o próximo ano	436
8.3. Contribuições esperadas de patrocinadora para o próximo ano	238.137
8.4. Benefícios esperados para o próximo ano	180.780
8.5. Rendimento esperado dos ativos (8.1 * taxa + (8.2 + 8.3 - 8.4) * taxa ^{1/2})	217.325

9. Juros sobre as Obrigações Atuariais para o Próximo Ano

9.1. Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2005	2.605.190
9.2. Benefícios esperados para o próximo ano	180.780
9.3. Juros sobre as obrigações atuariais (9.1 * Juros - 9.2 * Juros ^{1/2})	311.155

10. Despesa (Receita) a Ser Reconhecida na Demonstração de Resultados do Exercício de 2006

10.1. Custo do serviço corrente (com juros)	748
10.2. Juros sobre as obrigações atuariais	311.155
10.3. Rendimento esperado dos ativos do plano	217.325
10.4. Custos de Amortizações	
a) (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-
b) Custo do serviço passado não reconhecido	-
c) Aumento do passivo (ativo) na adoção deste pronunciamento não reconhecido	-
d) Total (a + b + c)	-
10.5. Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida (10.1 + 10.2 - 10.3 + 10.4d)	94.578
10.6. Contribuições esperadas de participante para o próximo ano	436
10.7. Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida (10.5 - 10.6)	94.142
10.8. Despesa Administrativa esperada para o próximo ano	(A)
10.9. Total	94.142

(A) A despesa total determinada para o próximo exercício não inclui as despesas administrativas previstas para o período nem as contribuições para o Plano CD, que deverão ser reconhecidas à razão dos valores efetivamente pagos.

11. Resumo dos Dados Cadastrais dos Participantes Avaliados (valores em R\$)

Participantes Ativos + Vinculados

Quantitativo (*)	5.444
Idade média (anos)	46,0
Tempo médio de serviço (anos)	19,3
Tempo médio de serviço futuro (anos)	9,5
Salário médio mensal	3.661
Folha salarial anual (13x)	259.124.467

(*) Todos os que participam do Plano BS também participam do Plano CD.

Participantes Aguardando Benefício

Quantitativo	26
Idade média (anos)	49,1

Benefício médio mensal	1.952
Participantes Assistidos / Beneficiários em Gozo de Benefício	
Quantitativo	7.269
Idade média (anos)	62,8
Benefício médio mensal	1.759
Folha anual de benefícios (13x)	166.237.762
Receitas Efetivas no ano	266.644.443
Contribuição do empregado	18.358.421
Contribuição da empresa	248.286.022
Despesas Efetivas no ano	171.087.324

12. Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	12,36%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano:	12,36%
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	7,06%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	6,00%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	0,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima)	6,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral:	UP94 com 4 anos de agravamento
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez
Taxa de rotatividade esperada:	1% por ano
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício integral pelo Plano (Planos BD e BS) 10% aos 50 anos, 3% entre 51 e 54 anos e 100% aos 55 anos (Plano CD)

13. Informações Adicionais

- 1) Os ativos do plano estão posicionados em 31/12/2005.
- 2) Os dados cadastrais individuais dos Ativos estão posicionados em 30/09/2005 e foram projetados para 31/12/2005, enquanto os dados dos Participantes Assistidos e Beneficiários estão posicionados em 31/12/2005.
- 3) As estatísticas cadastrais apresentadas consideram o grupo familiar de beneficiários como um único benefício.

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio creche, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 47.275 mil (R\$ 43.532 mil, em 2004).

27 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com os padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico.

SALDOS	2005									2004 <small>TOTAL (Reclassificado)</small>
	ELETROBRÁS	FURNAS	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	CGTEE	LIGHTPAR	STN	TOTAL	
■ Consumidores e Concessionárias	-	3.176	-	4.554	357	37	-	-	8.124	5.741
■ Contas a receber	290	-	-	257	-	-	14.693	-	15.240	15.339
■ (-) Provisão p/créditos de liq. duvidosa	-	-	-	-	-	-	(13.237)	-	(13.237)	(1.663)
■ Participação societária permanente	-	-	-	-	-	-	-	93.100	93.100	49.033
■ Fornecedores	-	(15.293)	(3.833)	(9.152)	-	-	-	-	(28.278)	(26.359)
■ Empréstimos e financiam. captados	(4.689.492)	-	-	-	-	-	-	-	(4.689.492)	(4.938.325)
■ Juros sobre o capital próprio/Dividendos	(313.761)	(8)	-	-	(5)	-	-	-	(313.774)	(214.703)
■ Contas a pagar	(359)	-	-	-	-	-	(1.456)	-	(1.815)	(1.663)
Totais	(5.003.322)	(12.125)	(3.833)	(4.341)	352	37	-	93.100	(4.930.132)	(5.112.600)

MOVIMENTAÇÃO	01/01/2005 a 31/12/2005									2004 <small>TOTAL</small>
	ELETROBRÁS	FURNAS	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	CGTEE	LIGHTPAR	STN	TOTAL	
■ Receita de uso da rede elétrica	-	29.031	-	36.565	3.197	333	-	-	69.126	49.882
■ Receita de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	6.490	6.490	4.722
■ Outras receitas	-	-	-	-	-	-	(477)	-	(477)	477
■ Compra de energia para revenda	-	(41.640)	-	(41.086)	-	-	-	-	(82.726)	(149.774)
■ Encargo de uso da rede elétrica	-	(85.348)	(32.744)	(38.797)	-	-	-	-	(156.889)	(75.806)
■ Despesa financeira com empréstimos e financiam. captados	(482.946)	-	-	-	-	-	-	-	(482.946)	(600.484)
■ Juros sobre o capital próprio/Dividendos	(228.733)	(5)	-	-	(3)	-	-	-	(228.741)	(252.605)
■ Aporte de capital	-	-	-	-	-	-	-	(44.067)	(44.067)	(48.642)
■ Outras despesas	-	-	-	-	-	-	(16.345)	-	(16.345)	-
Totais	(711.679)	(97.962)	(32.744)	(43.318)	3.194	333	(16.822)	(37.577)	(936.575)	(1.072.230)

28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio da Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

Na Companhia, os principais instrumentos financeiros são os seguintes:

ATIVO

- Aplicações no Mercado Aberto

Os valores de tais instrumentos representam o valor de mercado devido a seus vencimentos de curtíssimo prazo.

PASSIVO

- Empréstimos e financiamentos

Estas operações de crédito no País e no exterior estão atualizadas pelas suas moedas de origem até a data do balanço; correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2005, nos mercados interno e externo, e os contratos de mútuo com a Controladora, a Eletrobrás, que representam cerca de 90% do total da dívida, dos quais 92% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a 10% ao ano. A taxa de mercado da Eletrobrás é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento dos seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

Risco cambial

Do total da dívida da Companhia, em 31/12/2005, R\$ 544.065 mil são oriundos de contratos em moedas estrangeiras, compostos por US\$ 150.357 mil (basicamente repasses da Eletrobrás) e por Eur 69.383 mil (saldos dos financiamentos destinados à UHE Xingó), estando a Companhia, consequentemente, exposta ao risco cambial do Real frente a essas moedas, que, no exercício, entretanto, registraram quedas de 11,82% e 23,50%, respectivamente.

29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

	2005			2004 (Reclassificado)		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento de energia elétrica	664.702	-	664.702	673.007	-	673.007
Suprimento de energia elétrica	2.294.733	-	2.294.733	2.408.298	-	2.408.298
Disponibilização do sistema de transmissão	-	976.122	976.122	-	789.873	789.873
Outras receitas operacionais	5.002	9.019	14.021	8.207	11.431	19.638
	2.964.437	985.141	3.949.578	3.089.512	801.304	3.890.816
Deduções da receita operacional						
Reserva Global de Reversão – RGR	(76.686)	(25.046)	(101.732)	(78.850)	(20.870)	(99.720)
ICMS sobre energia elétrica	(75.511)	-	(75.511)	(71.677)	-	(71.677)
Encargo de Capacidade Emergencial	(47.825)	-	(47.825)	(79.712)	-	(79.712)
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	-	(100.919)	(100.919)	-	(804)	(804)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	(14.703)	(14.703)	-	(107)	(107)
PROINFA	-	(2.412)	(2.412)	-	-	-
COFINS	(170.833)	(76.275)	(247.108)	(93.129)	(26.864)	(119.993)
PASEP	(45.566)	(14.892)	(60.458)	(12.154)	(4.190)	(16.344)
	(416.421)	(234.247)	(650.668)	(335.522)	(52.835)	(388.357)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.548.016	750.894	3.298.910	2.753.990	748.469	3.502.459
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(88.532)	-	(88.532)	(167.078)	-	(167.078)
Encargos de uso da rede elétrica	(367.334)	-	(367.334)	(155.672)	-	(155.672)
Custo de operação						
Pessoal	(36.087)	(86.922)	(123.009)	(31.627)	(79.558)	(111.185)
Material	(2.616)	(6.384)	(9.000)	(2.746)	(5.299)	(8.045)
Combustíveis para a produção de energia	(10.504)	-	(10.504)	(11.884)	-	(11.884)
Serviço de terceiros	(13.509)	(40.845)	(54.354)	(14.108)	(23.143)	(37.251)
Conta Consumo de Combustíveis – CCC	5.911	-	5.911	(77.800)	-	(77.800)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	958	-	958	(11.491)	-	(11.491)
Comp. fin. p/utilização de recursos hídricos	(175.566)	-	(175.566)	(130.790)	-	(130.790)
Depreciação e amortização	(345.533)	(169.456)	(514.989)	(335.206)	(163.015)	(498.221)
Outras	(31.358)	(24.060)	(55.418)	(29.888)	(5.399)	(35.287)
	(1.064.170)	(327.667)	(1.391.837)	(968.290)	(276.414)	(1.244.704)
	(162)	(470)	(632)	(137)	(336)	(473)
CUSTO DO SERVIÇO PREST. A TERCEIROS	1.483.684	422.757	1.906.441	1.785.563	471.719	2.257.282
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	(187.160)	(269.856)	(457.016)	(140.760)	(295.205)	(435.965)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.296.524	152.901	1.449.425	1.644.803	176.514	1.821.317
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Renda de aplicações financeiras	16.844	4.930	21.774	28.683	7.771	36.454
V.monet. e acrésc. moratórios - energia vendida	228.244	211	228.455	200.226	204	200.430
Outras variações monetárias ativas	4.406	939	5.345	21.655	499	22.154
Outras receitas financeiras	(7.819)	(2.128)	(9.947)	818	1.472	2.290
Pasep/Cofins	(16)	-	(16)	(10.673)	(747)	(11.420)
Encargos de dívidas	(581.326)	(92.491)	(673.817)	(617.993)	(98.536)	(716.529)
V. monetárias s/empréstimos e financiamentos	92.138	17.209	109.347	(30.254)	(12.844)	(43.098)
Outras variações monetárias passivas	(22.838)	(55.415)	(78.253)	(20.941)	(57.035)	(77.976)
Outras despesas financeiras	(25.243)	15.414	(9.829)	(34.130)	(23.172)	(57.302)
	(295.610)	(111.331)	(406.941)	(462.609)	(182.388)	(644.997)
Resultado Operacional antes dos JCP	1.000.914	41.570	1.042.484	1.182.194	(5.874)	1.176.320
Juros sobre capital próprio	(230.000)	-	(230.000)	(254.167)	-	(254.167)
RESULTADO OPERACIONAL	770.914	41.570	812.484	928.027	(5.874)	922.153
Receita não operacional	552	1.662	2.214	414	1.239	1.653
Despesa não operacional	(491)	(9.015)	(9.506)	(18)	(261)	(279)
Resultado não operacional	61	(7.353)	(7.292)	396	978	1.374
Lucro (Prejuízo) antes da CSLL e do IRPJ	770.975	34.217	805.192	928.423	(4.896)	923.527
Contribuição social			(54.808)			(86.952)
Imposto de renda			(192.463)			(223.589)
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio				557.921		612.986
Reversão dos juros sobre o capital próprio				230.000		254.167
Participação nos lucros ou resultados				(41.516)		(30.370)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				746.405		836.783
Lucro líquido por ação (R\$)				17,90		20,06

30 - SEGUROS

Conforme contrato firmado com a Bradesco Auto/RE – Cia. de Seguros, com prazo de 04 (quatro) anos, a partir de 30/04/2005, os principais ativos da Companhia, tais como, imobilizações em serviço e almoxarifado, estão segurados, por apólices anuais, num montante global de R\$ 2.774.220 mil, tendo a apólice atual vigência de 30/04/2005 a 30/04/2006. A especificação, por modalidade de risco, está demonstrada a seguir:

<u>Apólices</u>	<u>Importâncias Seguradas</u>	<u>Prêmios Anuais</u>
- Riscos Nomeados: Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, riscos de engenharia (funcionamento operacional)	2.760.888	5.006
- Riscos Aeronáuticos	13.332	651
	2.774.220	5.657

Na importância segurada, relativa ao seguro aeronáutico, estão incluídos R\$ 713 mil de responsabilidade civil.

Além dessas importâncias seguradas, a Companhia mantém apólices de seguros para garantir a movimentação de materiais, por intermédio de seguro de transporte, com vigência contratual de maio de 2005 a maio de 2009, mensalmente endossadas, e com importâncias seguradas, averbadas até o momento, no total de R\$ 64.502 mil, conforme a seguir:

<u>Seguro de Transporte</u>	<u>Importâncias Seguradas</u>	<u>Prêmios</u>
- Nacional – geral	64.502	209

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contemplados a localização física, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

31 - ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA – RTE, VARIAÇÃO DE ITENS DA “PARCELA A” E REPASSE DA ENERGIA LIVRE.

1. Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de Receita e Energia Livre.

ITENS	NÚMERO DO INSTRUMENTO DE HOMOLOGAÇÃO	VALOR HOMOLOGADO (1)	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2005 (2)	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2005 (3)	SALDO A AMORTIZAR EM 31/12/2005 (4) = (1 + 2 - 3)
Perda de Receita	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04.	40.674	10.627	45.839	5.462
Energia Livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04.	77.303	39.650	80.567	36.386
Totais		117.977	50.277	126.406	41.848

2. Composição da Variação de Itens da “Parcela A” (período de 01/01/2001 a 25/10/2001) homologado pela ANEEL.

ITENS	VALOR HOMOLOGADO RESOLUÇÕES NºS 482/02 E 001/04 (1)	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2005 (2)	TOTAL ACUMULADO ATÉ 31/12/2005 (3) = (1) + (2)	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2005 (4)	SALDO A AMORTIZAR EM 31/12/2005 (5) = (3) - (4)
“Parcela A” (período de 01/01 a 25/10/2001)	21.827	23.856	45.683	-	45.683

3. Composição dos saldos dos valores homologados pela ANEEL, representativos do Repasse da Energia Livre, que se referem à compra de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

ITENS	VALOR HOMOLOGADO RESOLUÇÕES Nº 001/04 E 045/04 (1)	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2005 (2)	TOTAL ACUMULADO ATÉ 31/12/2005 (3) = (1) + (2)	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2005 (4)	SALDO A REPASSAR EM 31/12/2005 (5) = (3) - (4)
Repasse da Energia Livre	77.303	39.650	116.953	80.567	36.386

No âmbito do referido Acordo Geral do Setor Elétrico, firmado entre as geradoras e as distribuidoras em 18/12/2001, a Companhia recebeu, neste exercício, os montantes de R\$ 34.121 e R\$ 159.533 mil, correspondentes à Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE e ao Ressarcimento de energia livre, respectivamente, e pagou R\$ 32.128 mil, a título de energia livre.

Ainda no âmbito do referido Acordo Geral e em atendimento aos Ofícios-Circulares nº 2.212/2005-SFF/SRE/ANEEL, 2.218/2005-SFF/ANEEL e 074/2006-SFF/SRE/ANEEL, datados, respectivamente, de 20/12/2005, 23/12/2005 e 23/01/2006, demonstra-se, a seguir, o detalhamento analítico dos saldos de energia livre, por devedor/credor:

Saldos a receber	31/12/2005	Saldos a pagar	31/12/2005
Empresa	Valor (R\$ mil)	Empresa	Valor (R\$ mil)
CAIUÁ	2.753	AES TIETÊ	1.628
CEAL	2.921	CDSA	681
CEB-BRASÍLIA	9.364	CEEE	861
CELB	1.641	CELESC	521
CELG	9.786	CELTINS	94
CELPA	8.023	CEMIG	7.725
CELPE	20.688	CESP	5.666
CELTINS	129	CGTEE	95
CEMAR	1.316	CHESF G	8.194
CEMAT	619	COPEL GERAÇÃO	618
CEMIG	92.247	CPFL PAULISTA	110
CENF - NOVA FRIBURGO	311	DUKE ENERGY	1.413
CEPISA	5.946	EEVP - VALE PARANAPANEMA	16
AMPLA (CERJ)	23.166	ELETRO NORTE	2.430
CESP	3.392	EMAE	628
CFLCL - CATAGUAZES	197	EEB - BRAGANTINA	2
CFLSC - SANTA CRUZ	1.127	ENERGIPE	4
CHESF D	8.194	FURNAS	5.032
CJE - JAGUARI	161	RIO GRANDE ENERGIA – RGE	150
CNEE - NACIONAL	489	TRACTEBEL ENERGIA	518
COELBA	28.145		
COELCE	17.177		
COSERN	9.202		
CPFL - PAULISTA	48.053		
CPFL - PIRATININGA	19.142		
CSPE - SUL PAULISTA	832		
EBE - BANDEIRANTE	23.797		
EEB - BRAGANTINA	79		
EEVP - VALE PARANAPANEMA	147		
ELEKTRO	14.710		
ELETRO NORTE	48.775		
ELETRO PAULO	74.650		
ENERGIPE	3.635		
ENERSUL	6.821		
ESCELSA	17.610		
LIGHT	65.767		
SAELPA	6.452		
Total a receber	577.464	Total a pagar	36.386

32 - BENS E DIREITOS DA UNIÃO UTILIZADOS PELA CONCESSIONÁRIA

Nos termos da Instrução Contábil nº 6.3.13, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a Companhia mantém, em registros auxiliares, bens e direitos da União em regime especial de utilização, segregados por atividade, no montante de R\$ 68.925 mil (custo corrigido), conforme demonstrativo a seguir:

	2005							2004	
	Geração				Transmissão			Geração	Transm.
	Quant. Itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor Líquido	Quant. Itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
Barragem da UHE Castelo Branco	1	56.858	(46.623)	10.235	-	-	-	-	11.372
Terrenos	10	2.958	-	2.958	4	223	-	223	2.958
Edificações	223	1.688	(1.638)	50	2	13	(9)	4	118
Reassentamento da UHE Itaparica	1	5.201	(1.515)	3.686	-	-	-	-	3.894
Aeroporto de Guadalupe-PI	1	926	(898)	28	-	-	-	-	65
Estrada de acesso à UHE Castelo Branco	1	508	(493)	15	-	-	-	-	35
Outros	4	460	(239)	221	3	90	(65)	25	321
Total	241	68.599	(51.406)	17.193	9	326	(74)	252	18.763
									104

33 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Tomando-se por base o mês de dezembro de 2005 e de acordo com a política salarial da Companhia, a maior e a menor remunerações mensais pagas a empregados foram de R\$ 19.329,20 e R\$ 799,00, respectivamente; o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 24.044,00. Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

34 - REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a Companhia e a ANEEL - Órgão Regulador do Serviço Público de Energia Elétrica - prevê que a cada quatro anos, após a assinatura do referido contrato, a ANEEL procederá à revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP, com o objetivo de promover a eficiência e a modicidade tarifária. Entretanto, a primeira revisão, prevista para ocorrer em junho de 2005, foi postergada pela ANEEL para junho de 2006.

Considerando que ainda não estão definidos os critérios a serem utilizados na revisão tarifária, a Companhia não dispõe de elementos suficientes para a avaliação dos impactos nos seus futuros resultados.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

DIRETORIA

Dilton da Conti Oliveira
Diretor – Presidente

Marcos José Mota de Cerqueira
Diretor Econômico-Financeiro

José Ailton de Lima
Diretor de Engenharia e Construção

João Bosco de Almeida
Diretor Administrativo

Mozart Bandeira Arnaud
Diretor de Operação

SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E CONTROLE ECONÔMICO-FINANCEIRO

José Ivan Pereira Filho
Superintendente
CRC-PE-007552/O-6 – Contador
CPF - 080.801.434-04

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Drumond Saraiva
Presidente

Dilton da Conti Oliveira
Conselheiro

Swedenberger do Nascimento Barbosa
Conselheiro

Ricardo Spanier Homrich
Conselheiro

Erenice Alves Guerra
Conselheiro

Maurício Moura Portugal Ribeiro
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Paulo Sérgio Petis Fernandes
Conselheiro

João Alderi do Prado
Conselheiro

Paulo Henrique Feijó da Silva
Conselheiro